

Ata 26ª Plenária Extraordinária

1  
2 Aos vinte dias do mês de janeiro de dois mil dezessete, às nove horas, no plenário da Casa de  
3 Direitos Humanos –MG, realizou-se a vigésima sexta. Plenária extraordinária do CEAS, coordena-  
4 nada pela – Presidente Simone A. Albuquerque onde estavam presentes os seguintes **conse-**  
5 **lheiros titulares:** Rodrigo dos Santos - ASSPROM, Geisiane Lima - Cáritas, Volney Costa –  
6 PSIND, Silvana Campos-SEE, Soyla R. S. Pereira -CMAS de Paracatu, Rosilene Aparecida Ta-  
7 vares – CRESS, Leonardo Koury – SEDA, Raquel F. Ferreira – CMAS de São Francisco de  
8 Paula, Lúcia Elena Santos J. Rodrigues – COGEMAS, Soyla R. dos Santos Pereira – CMAS de  
9 Paracatu, Cristiane Isabel Felipe IMSNS – Marta Elizabete Souza – SES, Dayana Cristina Lou-  
10 renço de Assis- CMAS/JF .Dos**Conselheiros suplentes:** Érica Andrade – CRP, Isabela de V.  
11 Teixeira – SEDESE, Maria Pascoa Andrade – COGEMAS, Marta Maria V. Castro da Silva –  
12 SEDESE, Helder Augusto Diniz Silva-CMAS/ Pedro Leopoldo, Gabriella Nair F.N. Pinto- SE-  
13 PLAG, Isac dos Santos Lopes – ASQUIS, Wiliam de Souza Franco -Associação Quilombola Mar-  
14 ques, Arlete Alves de Almeida-Movimento do Graal no Brasil, Rodrigo Silveira e Souza -  
15 CMAS/Nova Lima, Roseane Cristina dos Santos-FENEIS, Sandra Regina Ferreira Barbosa-SIN-  
16 TIBREF. E dos membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani, Claudia Alexandre, Adel-  
17 mira Cerqueira, Regina Caldeira, Leonardo Lobato, Ângelo Machado, Mисley, Fernanda e Rosân-  
18 gela...A plenária teve início com a fala da vice - presidente Gesiane. **GEISIANE:** Gente! Vamos  
19 ocupar os lugares, por favor, pra gente iniciar a nossa plenária. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:**  
20 Boa tarde a todos (as). Boa tarde a todos (as). VOZ AO FUNDO. Ah! Então estamos todos aí!  
21 Vamos iniciar a nossa 26ª (vigésima sexta) plenária extraordinária do Conselho Estadual de As-  
22 sistência Social. Eu acredito que todo mundo almoçou, mas na correria, não é? Hoje é um dia  
23 muito importante para o nosso Conselho Estadual, como todas as nossas reuniões são impor-  
24 tantes. Essa traz um tom histórico e muito importante, não é Lúcia? Tendo em vista a nossa  
25 pauta, hoje nós vamos discutir a adesão ou não do programa Criança Feliz. Quero cumprimentar  
26 a todos os presentes; a nossa presidente, Simone Albuquerque, que está aqui do meu lado;  
27 quero cumprimentar todos os (as) conselheiros (as) e também os nossos convidados; quero  
28 cumprimentar e agradecer a presença da professora Eleonora, que muito contribuiu com a nossa  
29 parte da manhã. Para os que não estavam aqui presentes na parte da manhã, a comissão de  
30 orçamento e financiamento, os representantes da comissão de política e também a comissão de  
31 apoio aos Conselhos estiveram aqui reunidos com a colaboração de nossos convidados pra  
32 gente fazer o debate. Foi um debate muito rico, uma discussão muito proveitosa sobre o pro-  
33 grama Criança Feliz e sobre a política da Primeira Infância. E quero na oportunidade agradecer  
34 então esses colaboradores que já foram cumprimentados e agradecidos pela presença de ma-  
35 neira muito especial, que são: professora Eleonora, que schettine, é professora aposentada da  
36 UFMG, doutora em ciências políticas... Cadê ela? Ela está por aqui? Sim. Obrigada, professora;  
37 quero agradecer também a presença aqui do meu lado do Juliano, que é assistente social e  
38 professor da Faculdade Novos Horizontes, mestre em adolescência e conflito com a lei. Muito  
39 obrigada pela colaboração de vocês e pela presença; quero também cumprimentar e agradecer  
40 a presença dos nossos convidados. Alguns deles estiveram conosco na parte da manhã. Nós  
41 queremos agradecer a presença do Sérgio Augusto, que é da SEDESE; o Juliano, que já foi  
42 cumprimentado. Obrigada; a Nathalia Oliveira Dias, que também é da SEDESE; o Wagner, que  
43 também é da SEDESE; a Mariana, também representante da SEDESE; o José Cruz, que esteve  
44 conosco e contribuiu muito. Obrigada pela presença. Não sei se ele ainda se encontra. VOZ AO  
45 FUNDO. **GEISIANE:** Ele não volta gente. Mas ele esteve com a gente na parte da manhã. É o  
46 atual secretário municipal de Belo Horizonte; Rilquer. Acertei o nome? Quero cumprimentar e  
47 agradecer a presença. Ele também é da SEDESE; também o Domingos Sávio, que também  
48 esteve presente com a gente na parte da manhã. Obrigada pela presença; e também a Débora  
49 Ackerman. Obrigada Débora. Seja muito bem-vinda. Ela também esteve presente com a gente  
50 na parte da manhã. Antes de fazer as justificativas de ausências, eu quero passar a palavra para  
51 a Simone cumprimentar a todos. **SIMONE:** Boa tarde a todos (as). Quero dizer que é um prazer  
52 enorme receber todos aqui, principalmente nessa plenária tão importante de debate para o

53 SUAS. Também mais uma vez eu quero cumprimentar a secretaria executiva do Conselho: Con-  
54 solação e os membros da secretaria executiva; os nossos convidados aqui presentes também,  
55 já registrados pela nossa vice-presidente. Eu quero dizer que nós podemos nos orgulhar muito  
56 desse momento em que nós temos a chance de estar coletivamente reunidos para poder discutir  
57 um tema tão importante. Eu acho que em um momento tão difícil de desconstrução e desmonte  
58 é muito importante que a gente reforce as instâncias, principalmente as instâncias de controle  
59 social. Então o Conselho Estadual sem dúvida nenhuma tem um papel muito importante. Essa  
60 reunião entrará para a história demonstrando o valor do nosso querido Conselho Estadual. Então  
61 muito boa trade a todos. A gente já discutiu de manhã que agora à tarde a plenária será condu-  
62 zida pela nossa querida vice-presidente, pra que a gente possa ter mais liberdade na participação  
63 do debate sobre o tema. Muito obrigada a todos. **GEISIANE:** Obrigada, Simone. Eu não sei se  
64 eu cumprimentei, mas nós também tivemos presente, na parte da manhã, alguns colegas do  
65 município de Coronel Fabriciano. Eu não sei se eu disse o nome e se ainda estão presentes...  
66 Mas registro aqui a presença e agradeço também por terem participado conosco. Bom, como  
67 justificativas de ausências a gente a justificativa da conselheira Edna Dias, que é da Associação  
68 dos Surdos, por motivos de férias; também da Maria do Carmo Brandão, do CMAS/ Leopoldina,  
69 por motivo de trabalho; a Fabrícia Matheus Lopes, que é da SEAPA, por motivo de trabalho; o  
70 senhor Luiz George, representante do CMAS/ Lagoa Santa, por motivo de doença; o Wilson  
71 Lana, que é da Secretaria estadual da Fazenda, por motivo de férias; a Isabela Vasconcelos,  
72 que é inclusive coordenadora da comissão de orçamento e financiamento, por motivo de férias;  
73 o Leonardo Ladeira, que é da Secretaria Estadual de Planejamento, por motivo de férias; e tam-  
74 bém a Josiane Vieira de Souza, da ACONEQUISTAC. Ela não estava em seu município e não  
75 conseguiu trocar as passagens. Por isso ela justifica infelizmente a sua ausência. Justificadas as  
76 ausências, eu quero pedir a nossa secretária executiva Consolação que nos dê o aval do quórum,  
77 por favor. **CONSOLAÇÃO:** Temos 13 (treze) conselheiros em condição de titularidade prontos  
78 para votar. Então temos um quórum inclusive qualificado. **GEISIANE:** Obrigada. Então nós fazer  
79 a apreciação da nossa pauta. Nós temos como ponto único de pauta para esse encontro extra-  
80 ordinário o programa Primeira Infância no SUAS. E para iniciar a nossa... VOZ AO FUNDO.  
81 **GEISIANE:** Sim. Desculpa. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Fala ao microfone, por favor. VOZ AO  
82 FUNDO. **GEISIANE:** Registra no microfone, por favor, Rodrigo. **RODRIGO:** O Luiz George não  
83 vem. Ele justificou ausência. Então eu assumo a titularidade dele. **GEISIANE:** Ótimo! Muito bom.  
84 Então o Rodrigo assume a titularidade. Apreciação da pauta: tem alguém que quer se manifes-  
85 tar? Nós temos, como eu já disse, um ponto único sobre o programa Primeira Infância no SUAS  
86 ok? Pauta aprovada. Como eu disse no início, nós tivemos um debate na parte da manhã. O  
87 professor Juliano sistematizou pra gente esse momento importante e vai fazer agora esse re-  
88 passe, não é Juliano? Mais uma vez obrigada e fique à vontade. **JULIANO:** Boa tarde a todos  
89 (as). Primeiramente eu gostaria de agradecer o convite. Eu me sinto muito privilegiado por fazer  
90 parte desse momento histórico. É muito importante essa aproximação que as universidades de  
91 forma geral... E eu estou aqui representando a Faculdade Novos Horizonte... Para estarem den-  
92 tro dessas discussões, que às vezes a gente não consegue ter tamanha dimensão e tamanha  
93 importância realmente dessa discussão. Quero agradecer a Simone mais uma vez por ter me  
94 convidado. Quero agradecer a receptividade que tive aqui hoje de manhã. E quero me desculpar  
95 pela sistematização, pois estão tanto um pouco provisória ainda. Eu fiquei de enviar para a Con-  
96 ceição de forma bem suscitada e de forma um pouco mais tranquila. Mas automaticamente eu  
97 fui pontuando algumas coisas que todos colocaram no início. Eu peço que você passe, por favor,  
98 lá para a página 07 (sete). É um apanhado de todas as pessoas. Pode passar. Eu tentei de forma  
99 geral... Se não o pessoal me bate por ficar até amanhã aqui... Pode ir mais! Aí! O que deu pra  
100 notar aqui nas discussões, e eu não tinha realmente a questão do calibre da discussão... Ontem  
101 na hora que eu recebi e fui ver o convite, eu me debrucei um pouco sobre a leitura desses ma-  
102 teriais que foram enviados. E então eu vi realmente a dimensão e a dinâmica de se discutir esse  
103 processo. Algumas coisas eu notei que foram difundidas de forma comum: algumas preocupa-  
104 ções que são recorrentes tanto das pessoas que se posicionam a favor da elaboração e da im-

105 plementação do programa; e também, aqueles que têm essa preocupação também da implanta-  
106 ção. Uma das coisas que foram muito recorrentes na fala de todos é a precarização das condi-  
107 ções de trabalho dos profissionais, tendo em vista que automaticamente não se visa uma manu-  
108 tenção realmente dos cargos; essa possibilidade de abertura de cargo para as pessoas que não  
109 têm formação específica com aprofundamento teórico para que possa está fazendo essas abor-  
110 dagens em visita domicilio. A discussão que foi muito recorrente é a questão acerca dos recursos.  
111 É importante sinalizar também que ficou muito clara uma das preocupações acerca desse pro-  
112 cesso; atenção acerca da possibilidade de fragmentação das ações, tendo em vista que foi cons-  
113 truído através da política de assistência nesses anos como foi pontuado, principalmente nos  
114 últimos 20 (vinte) anos. E aí a preocupação que se tem é da fragmentação realmente acerca  
115 desse programa que venha desconsiderar todo um processo de crescimento. Se eu estiver fa-  
116 lando alguma bobagem, por favor, me corrijam; depois veio as reflexões que eu achei muito  
117 importante colocar aqui da professora Eleonora, que é a questão da resistência: a possibilidade  
118 de ter essas resistência e sinalizar os posicionamentos através de ações culturais, políticas e da  
119 comunidade; onde se faz essa resistência? Ela pontua se é dentro ou fora do Estado, ou se é  
120 dentro ou fora dessa política de uma forma geral; quando fazer essa distinção? A necessidade  
121 de levar em conta o local, sujeito técnico e gestor? Então essa trinca de profissional vai está  
122 envolvida nesse processo de resistência; foi sinalizado no período da manhã, de forma muito  
123 contundente, a questão da pouca adesão às vezes do usuário; qual é o nosso papel enquanto  
124 técnico de está mobilizando essa população para estar um pouco mais ativa? E foi apontado  
125 também a questão da natureza da resistência; a questão política que vem no processo de deci-  
126 são; e a técnica, que é de orientação legal e ética de cada profissão, de cada nuance e de cada  
127 atuação. Pode passar, por favor. Outro ponto que foi elaborado e eu acho que fica claro para  
128 todos nós, principalmente porque estamos nessa luta desenfreada realmente pela garantia de  
129 direitos, é a atual conjuntura que vem no processo de desmonte realmente das políticas, das  
130 conquistas sociais e principalmente dos direitos. Eu tenho também acompanhado nos grupos de  
131 discussões a questão realmente do desmonte trabalhista. Então essa resistência da sociedade  
132 junto com os técnicos seria uma situação importante de se está trabalhando. A pergunta que foi  
133 no sentido de trazer a questão da legitimidade é: como incorporar esses usuários nesse processo  
134 de fortalecimento que automaticamente vem de encontro ao fortalecimento do processo neoliberal?  
135 Tivemos algumas conquistas nos últimos tempos. E se desenha novamente uma retomada  
136 de um processo neoliberal de desmonte desses direitos. E aí automaticamente se visa também  
137 elaborar quais são as melhores formas de estratégia para que se possa intervir através dessa  
138 resistência. Outro ponto que foi destacado também, principalmente levando em consideração o  
139 que os municípios têm sofrido em relação à ausência de recurso: qual a motivação da adesão  
140 dos municípios? Acredito que tenha sido sinalizado também a dificuldade de se refrear essa  
141 questão da adesão, tendo em vista que alguns gestores não conseguem perceber quais são os  
142 impactos que isso pode ocorrer. Eu trabalhei muito tempo na ponta, a preocupação que se tinha  
143 era e adesão para captação de recursos. Então a grande preocupação que se prorroga nesse  
144 momento é nesse sentido; se a resistência vai ser interna ou externa, técnica ou política; se  
145 automaticamente ela vai ser somente no sentido técnico, ou se automaticamente vai envolver  
146 situações políticas. Outra grande preocupação que foi apontada é a questão do não alinhamento  
147 desse programa com a política geral de assistência e com outras políticas de direito, não é?  
148 Então automaticamente é importante que se alimentem esses processos e que analisem bem  
149 esses sentidos. E aí depois a Simone colocou muito bem a questão dos benefícios, que automa-  
150 ticamente já vem sendo atrelado, que vem sendo acompanhado pelos equipamentos tanto no  
151 serviço do PAIF, quanto no serviço PAEFI e que automaticamente já vem suprido algumas das  
152 situações com crianças de 0 (zero) a 06 (seis) anos. Pode passar, por favor. Outra questão que  
153 também foi levantada é a questão da proteção social básica. Ela já vem trazendo realmente  
154 algumas contribuições nesse sentido; e a discussão da visita domiciliar da busca ativa. Automa-  
155 ticamente no programa tem essas poucas difusões. E aí fica bem claro quando a Simone coloca  
156 a situação da busca ativa enquanto processo de diagnóstico, processo realmente de descoberta  
157 desse usuário. Automaticamente eles não podem estar ressonando de forma muito inteligível

158 nesses processos; a importância da renda no repasse para essas crianças de 0 (zero) a 06 (seis)  
159 anos; o fortalecimento para essas mães, para essas chefes de famílias que hoje assumem  
160 grande parte desse processo. E então automaticamente algumas preocupações vão apare-  
161 cendo: como que o programa irá exercer essa busca ativa? Reconhece-se que há uma tensão  
162 entre as categorias profissionais; a sugestão de consulta pública, que já foi colocada pela cola-  
163 boradora de manhã; a exigência de nível de acompanhamento da implementação dessas políti-  
164 cas; a criação de mecanismo de absorção dessas crianças, principalmente as com microcefalias,  
165 para que não haja também uma segregação. Outra preocupação é a questão dos visitantes. Eu  
166 tentei apanhar algumas questões que vocês colocaram: qual é o perfil do mesmo? Qual será a  
167 sua formação? Quem irá capacitar? Pode passar. Qual é a função dos visitantes nas visitas  
168 domiciliares? Vão buscar o quê? Encaminhar para onde? Observação: A Primeira Infância;  
169 Marco Regulatório e o Criança Feliz são situações que não tem o mesmo sinônimo. São situa-  
170 ções extremamente diferentes que tem pontos, ressonância e momentos diferentes. Então esses  
171 foram alguns pontos que eu levantei. Lógico que pra ser melhor tem coisas que estão sendo  
172 muito recorrentes. Depois eu me empenho em está encaminhando para a Conceição de forma  
173 um pouco mais sedimentada. Obrigado. APLAUSOS. **GEISIANE:** Muito bom. De novo obrigada,  
174 Juliano. Contribuiu muito o seu relato do seu resumo pra gente. Como definido na parte da ma-  
175 nhã, nós nos reunimos por segmento. Ficou definido que o governo e a sociedade civil se reu-  
176 niriam para um posicionamento. Como sociedade civil, quero passar a palavra para o governo  
177 fazer o seu posicionamento. Em seguida a sociedade civil fará a sua manifestação. VOZ AO  
178 FUNDO. **GEISIANE:** Ah! A sociedade civil quer ir primeiro? A gente troca. VOZ AO FUNDO.  
179 **GEISIANE:** Então vai ser a sociedade civil primeiro. Antes, eu quero pedir desculpa a professora  
180 Rita. Me desculpe. Nos meus agradecimentos eu me esqueci de citá-la. Eu pedi a Consolação  
181 que fizesse a anotação, por favor. Obrigada de novo pela sua presença. VOZ AO FUNDO. **GEI-**  
182 **SIANE:** Que ótimo! A gente fica feliz por isso. Muito obrigada mesmo pela presença e pela  
183 contribuição. A Rita é socióloga e representou aqui a Rede Nacional da Primeira Infância. Ela fez  
184 uma contribuição riquíssima aqui no nosso debate. De novo obrigada, viu Rita! Então sociedade  
185 civil, ficou definido que a. A Cris? O Volney? A Cris. Cris, por favor, você pode dizer sobre o  
186 encontro da sociedade civil. Em seguida é do governo, quem vai fazer? A Simone. **CRISTIANE:**  
187 Boa tarde a todos. Nós nos reunimos enquanto sociedade civil. Não estávamos todos lá presen-  
188 tes, mas em sua maioria. Nós tivemos uma conversa, debatemos bastante a respeito, foram  
189 colocadas exposições... E em grande maioria nós definimos lá pelo o voto em bloco. A posição  
190 da sociedade civil é contrária a adesão ao programa. APLAUSOS. **GEISIANE:** Com a palavra  
191 Simone, representando o governo. **SIMONE:** Nós, do governo, fizemos o debate em três aspek-  
192 tos. Pensamos que pra gente discutir a adesão ou a. Eu vou pedir aos conselheiros, por favor,  
193 todos, que a gente mantenha a calma e a tranquilidade, para que a gente possa continuar na  
194 nossa reunião. Mas para que o governo pudesse trazer uma avaliação aqui para o pleno do  
195 Conselho, nós fizemos a avaliação sobre três aspectos. Eu vou colocar os três aspectos aqui. O  
196 primeiro aspecto é o aspecto técnico do programa. Nós avaliamos que o aspecto técnico do  
197 programa, sem dúvida nenhuma, os objetivos do programa da Primeira Infância no SUAS, que é  
198 esse programa que o CNAS tem uma resolução... É dele que nós estamos falando aqui. São  
199 tantas regulações, não é? Nós vimos aqui hoje que tem lei, tem o programa Criança Feliz... Mas  
200 nós não estamos falando nem da lei nem do programa Criança Feliz, nós estamos falando do  
201 Primeira Infância no SUAS. O Primeira Infância no SUAS tem os objetivos em consonância com  
202 o SUAS, sem dúvida nenhuma; ele também tem o público que requer adesão dentro do SUAS.  
203 Mas o grande problema do programa tem a ver com as ações da implementação do programa.  
204 Essa é uma questão importante pra gente chamar a atenção. É o problema que todos os que  
205 falaram aqui de manhã apontaram para ele. E primeiro é preciso constatar que o programa Pri-  
206 meira Infância no SUAS criou uma coisa que não tem no SUAS, que é um programa de visita  
207 domiciliar. Se a gente puder dizer o quê que é o programa Criança Feliz no SUAS é um programa  
208 de visita domiciliar. Esse programa traz alguns aspectos: ele fala que é uma visita domiciliar que  
209 pode ser feita pela rede privada. A rede no SUAS é complementar, ela complementa a proteção.  
210 Ela não é responsável pela proteção. Hoje de manhã a própria professora Rita colocou aqui para

211 nós que a visita pensada no Plano Nacional da Primeira Infância é uma visita para atender inter-  
212 setorialmente, não é uma visita par ser feita pela assistência social ou para substituir as ofertas  
213 da assistência social. Então essa é a primeira questão. Segundo: no SUAS a entrada no domicílio  
214 pela rede complementar só pode se dá se for para o desenvolvimento de atividades com crianças  
215 com deficiências no domicílio. Então a única possibilidade é no serviço de proteção ao domicílio  
216 para crianças com deficiências. Então não tem clareza do quê que uma entidade que vai contra-  
217 tar o profissional de nível médio vai fazer o quê lá. Ele vai encaminhar para onde? Para fazer o  
218 quê? Então esse é um questionamento importante. Terceiro: só é possível a visita domiciliar, no  
219 âmbito do SUAS, pelo âmbito do PAIF de duas formas: o acolhimento no domicílio, que é uma  
220 atividade que tem autorização pelo caderno de orientações do PAIFI; e. Qual que é a outra,  
221 Mariana? Toda vez eu esqueço. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Ação particularizada no domicílio.  
222 Mas não é para todas as famílias. Isso tem que ficar claro. Eu estou dizendo isso porque, hoje  
223 de manhã, a gente trouxe as orientações do MDS para o programa. E as orientações do MDS  
224 diz o que: qual a metodologia que será adota nas vistas domiciliares? Então já diz assim: fre-  
225 quência das visitas: se for gestante o visitador tem que ir uma vez por mês; se for criança de 0  
226 (zero) até 24 (vinte e quatro) meses tem que ir semanalmente; se for famílias com crianças de  
227 24 (vinte e quatro) meses até 36 (trinta e seis) meses, e for do Bolsa, tem que ir quinzenalmente;  
228 se for criança de 24 (vinte e quatro) meses e 72(setenta e dois) meses incompletos, e receber o  
229 BPC, tem que ir toda a semana lá. Então essa metodologia e esse formato tem que ficar bem  
230 claro, é uma substituição ao formato desenhado pelo SUAS. Eu já registrei aqui de manhã, e  
231 registro de novo, agora como um posicionamento da bancada governamental, que a visita domi-  
232 ciliar no SUAS ou se dá no âmbito do acompanhamento familiar ou ela se dá no âmbito da busca  
233 ativa, pois tem muito mais uma função diagnóstica do quê de controle das famílias. Isso tem que  
234 ficar bem claro aqui. Então do ponto de vista técnico, no ponto de vista da bancada governamen-  
235 tal, não tem o que justifica a adesão do governo ao programa. A outra análise que nós fizemos  
236 é do ponto de vista financeiro. Do ponto de vista financeiro, o programa tem dois pontos de  
237 análises. Nós podemos avaliar assim: será que do ponto de vista financeiro vale a pena para os  
238 municípios? A proposta para os municípios é que eles recebam R\$ 50,00 (cinquenta) por mês  
239 por indivíduos do público prioritário acompanhado. O município de pequeno porte I vai rece-  
240 ber 100,00 (cem) vezes R\$ 50,00 (cinquenta), que dá R\$ 5 mil por mês; o pequeno porte II é  
241 150,00 (cento e cinquenta) vezes R\$ 50,00 (cinquenta). Eu nem vou fazer a some pra vocês...;  
242 médio, grande porte e metrópole é 200,00 (duzentos) indivíduos vezes R\$ 50,00 (cinquenta). O  
243 mais grave... VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Por CRAS. É por CRAS em tese, não é? Nós temos  
244 um CRAS em cada município. E não tem nenhuma regra aqui que diz que Belo Horizonte, que  
245 tem 20 (vinte) CRAS vai receber isso aqui. É muito mais pelo número de famílias visitadas do  
246 que qualquer outra coisa. Gente, eu quero fazer uma diferença aqui: uma coisa é o critério de  
247 partilha, critério que foi usado para partilhar os recursos para o Brasil. A outra coisa é o que você  
248 vai receber todo o mês para a continuidade do programa até chegar no teto. Então se a gente  
249 for olhar do ponto de vista do financiamento para os municípios, se ele for utilizar os recursos  
250 para contratar mais equipes para o PAIF, com certeza esse dinheiro o município precisa comple-  
251 mentar. Essa que é a questão. Ele precisa complementar para ele atingir as metas colocadas  
252 pra ele. Do ponto de vista político, poderia parecer que nós não estamos recusando o financia-  
253 mento. E, quando na verdade, do ponto de vista político, é preciso deixar claro pra todos... Isso  
254 a SEDESE não pode de jeito nenhum e nem deve deixar de esclarecer aqui no Conselho que  
255 pelo decreto... Inclusive o decreto nos move mais ainda pra gente aderir. Porque na verdade,  
256 nós vamos ter que aportar mais recursos ainda do que nós já aportávamos como eu deixei claro  
257 aqui. Outra questão do ponto de vista político é que várias das questões políticas que eu estou  
258 apresentando estarão colocadas nos cenários que nós trouxemos para o debate. Nós avaliamos  
259 que neste momento pela estrutura colocada... Em um primeiro momento a SEDESE achou que  
260 ela teria condições de fazer mudanças nas normativas e de contribuir com a regulamentação do  
261 programa. Mas hoje, neste momento, infelizmente, nós concluímos que nós não temos condições  
262 de influenciar no desenho do programa. Diante disso, apresentamos aqui para a plenária a pro-  
263 posta de que, o governo indica ao pleno do Conselho que a gente não faça a adesão ao programa

264 Primeira Infância no SUAS. APLAUSOS. **SIMONE:** Diante disso, nós trouxemos alguns cenários  
265 pra gente poder discutir aqui no Conselho, para contribuir mesmo com o debate e com a reflexão  
266 que nós fizemos nesse último mês, vamos dizer assim. Põe aí pra mim Wagner, por favor. Em  
267 caso de aprovação pelo Conselho estadual nós trouxemos algumas implicações. Primeiro: res-  
268 ponsabilidades. Se o Conselho aprovar, a SEDESE deverá desenvolver: ações de capacitações  
269 de profissionais de nível médio e técnico; a SEDESE deverá desenvolver ações de apoio técnico  
270 relativos a implementação do programa Criança Feliz; a SEDESE... Aqui são ações de apoio  
271 técnico, mas não para o programa Criança Feliz, mas sim ao programa Primeira Infância no  
272 SUAS. Depois tem que corrigir aí; a SEDESE deverá instituir, em âmbito estadual, grupos de  
273 gestores do programa; a SEDESE deverá realizar ações de mobilização intersetorial em âmbito  
274 estadual; a SEDESE deverá realizar seminários interssetoriais, oficinas de alinhamento e encon-  
275 tros. Aí eu já falei, são as capacitações. Aqui está R\$ 1.311.000.00 (um milhão trezentos e onze  
276 mil). Mas se a gente inclui aqui o caderno de orientações que a gente está fazendo e mais a  
277 estadia e transporte fica em R\$ 2 (dois) milhões. Então eu já coloquei aqui a inviabilidade da  
278 gente cumprir a nossa responsabilidade. Quais são as incoerências em caso de aprovação pelo  
279 CEAS? Referendar um programa que retoma o viés da segmentação na área da assistência e  
280 que feriu a lógica do SUAS na sua construção; no caso de executar as ações do programa,  
281 como previsto no termo de aceite, a SEDESE estaria reforçando ações subsidiárias as políticas  
282 de saúde e de educação com recursos da assistência social. E aí não são só recursos financeiros  
283 não, muita coisa nós não temos competência pra fazer. É isso o que a professora Ritinha nós  
284 chamou a atenção hoje de manhã. Se quem for lá ao domicílio bater na porta e achar que o  
285 menino está fora da escola, não é a assistência social que vai colocar na escola não. Então esses  
286 recursos de que eu estou falando aqui não é só financeiro, não. Nós de fato não temos recursos  
287 para operar o que o programa nos demanda; possíveis implicações na precarização do serviço  
288 da proteção básica, tendo em vista a possibilidade dos municípios não contratarem novos pro-  
289 fissionais e sobrecarregar as equipes do PAIF no serviço de convivência. Esse é um tipo de  
290 precarização. O que eu acho que mais vai acontecer é a contratação via as entidades, não é? E  
291 aí é a outra incoerência. Isso também a gente discutiu muito no âmbito da SEDESE e apresen-  
292 tamos para o governo. É preciso deixar claro para este Conselho que a SEDESE avaliou que  
293 temos baixa capacidade em influenciar no desenvolvimento do programa. Tem uma oficina mar-  
294 cada para a semana que vem. A novidade que a professora Rita trouxe para nós aqui é que vai  
295 participar a sociedade civil. Talvez aí tem algum tipo de possibilidade de diálogo. Mas o modelo  
296 da oficina que a gente viu já é o modelo para capacitar o Estado para ele ser um replicador das  
297 regras já estabelecidas; se o CEAS viesse a aprovar o programa, estaria condicionado a altera-  
298 ção das resoluções do CNAS sobre o programa e a ampliação do debate para os Conselhos  
299 Estaduais. Eu acho que esse em qualquer cenário deve ser o nosso rumo. A gente deve fazer  
300 tudo para que o Conselho Nacional faça uma revisão da sua normativa, independente da gente  
301 aprovar ou não o programa. Nós também trouxemos as implicações do nosso ponto de vista para  
302 o caso de reprovação pelo CEAS. Algumas aí eu já falei; o decreto de calamidade financeira;  
303 possíveis críticas a recusa de recursos financeiros em decorrência a grave crise política no Es-  
304 tado. Aí também é uma coisa que o Conselho deve discutir; possíveis críticas a não priorização  
305 pelo Estado de ações destinadas a Primeira Infância; o Estado de Minas Gerais exercer uma  
306 função de resistência ao possível enfraquecimento do SUAS conduzido por forças conservado-  
307 ras no governo federal. Então isso também é um aspecto positivo da recusa. O Estado ganha  
308 um papel importante no debate da resistência; o Estado de Minas retoma as ações do FONA-  
309 CEAS. Se o Conselho não aprovar, nós precisamos ter um papel mais proativo no FONACEAS;  
310 o Estado de Minas deve difundir o debate nas instâncias de pactuações e deliberações; o Estado  
311 de Minas deve aprofundar o debate com as representações de usuários, trabalhadores e gesto-  
312 res e seus referidos Fóruns; as ações previstas para o ente estadual ficaria a cargo do MDS.  
313 Então essa é a posição e a contribuição que a bancada governamental trouxe para o debate aqui  
314 no CEAS. Muito obrigada. APLAUSOS. **GEISIANE:** Nós deixamos em aberto se alguém quiser  
315 se manifestar. Ninguém quer se manifestar? Pelo visto não, não é? A Consolação está me fa-  
316 lando aqui que a gente tem que passar pelo processo de votação. Então todo mundo, por favor,

317 os titulares com os crachás pra gente fazer a votação. **VOLNEY:** Simone me dê só um esclare-  
318 cimento. O Conselho não aprovando, os municípios que aderirem isenta o Estado e a SEDESE  
319 de qualquer capacitação para esses municípios? **SIMONE:** Volney, eu vou obedecer exatamente  
320 o que o Conselho Estadual definir. Se vocês disserem que a gente não vai aderir ao programa,  
321 nós não vamos aderir, nem na concretude da realidade humana. A adesão é: financiamento com  
322 as responsabilidades. Então nós não vamos aderir sem financiamento e sem a responsabilidade.  
323 **LEONARDO KOURY:** É breve. Primeiramente eu, enquanto conselheiro governamental tenho  
324 que colocar aqui a minha satisfação de compreender a responsabilidade e a maturidade da cons-  
325 trução dos argumentos. E ao mesmo tempo, da concretude de atuação não só dos conselheiros  
326 governamentais na decisão, mas também dos conselheiros da sociedade civil, que preserva an-  
327 tes de qualquer coisa, de fato, a Primeira Infância e os direitos das crianças e dos adolescentes,  
328 entendendo que não é qualquer tipo de programa que deve estar sujeito não só as crianças, mas  
329 as suas famílias, não é? Então eu acho que é importante ressaltar esse momento. Quero dizer  
330 também que é uma decisão que foi construída ao longo de um processo de reflexão, de debate  
331 e de diálogo. Eu estou aqui com a nota da Frente Mineira em Defesa do SUAS; uma outra nota  
332 do CRP; um outro debate que também foi feito pela Frente Mineira em Defesa do SUAS e da  
333 Seguridade Social quando ainda era o programa Criança Feliz. Todo esse histórico faz com que  
334 Minas Gerais tenha responsabilidade da sua decisão. Eu só quero reforçar essas questões. Isso  
335 nos torna concreto não só no âmbito de dizer não, mas de ter toda uma identidade e entendi-  
336 mento da importância de continuar garantindo que o SUAS e a política de assistência social tem  
337 que ser garantidos pelo Estado. **GEISIANE:** Ok. Obrigada Volney e Leonardo. Podemos então  
338 encaminhar a votação? Então titulares, por favor, com os crachás amarelos. Aqueles que votam  
339 pela adesão do programa levantem os crachás, por favor. Contrários a adesão; abstenções. Por  
340 unanimidade então foi aprovado pela não adesão do programa Primeira Infância em Minas Ge-  
341 rais. APLAUSOS. Bom, diante dessa decisão importante que tivemos nesse Conselho com una-  
342 nimidade em favor da política da Primeira Infância, mesmo com os ânimos alterados, eu quero  
343 pedir a colaboração e a concentração de todos, porque eu acho importante agora a gente fazer  
344 alguns encaminhamentos, não é? Diante da decisão importante que tomamos. Tendo em vista  
345 toda a simbologia que tem Minas Gerais com essa votação e com essa decisão, é importante  
346 que tiremos aqui os encaminhamentos da consequência dessa não adesão e os pontos impor-  
347 tantes que a gente precisa debater. Todos concordam? Então eu acho que a gente pode partir  
348 para isso. Simone. **SIMONE:** Nós colocamos ali nos cenários algumas questões que são impor-  
349 tantes que a gente discuta. Wagner, vamos mostrar aqui o cenário da adesão, por favor? Aí na  
350 adesão nós temos... Cadê o microfone para o Wagner, gente? Por favor. Wagner, fala aí pra  
351 mim! Eu não enxergo absolutamente nada! **WAGNER:** Pessoal, boa trade. Estou também muito  
352 feliz e muito satisfeito por essa decisão aqui do Conselho. Aqui a gente traz primeiro os dados  
353 dos Estados, tá? Dos 27 (vinte e sete) Estados todos eram ilegíveis; número de Estados que  
354 manifestaram a realização do aceite até o momento: 22 (vinte e dois) Estados. Isso corresponde  
355 a 81% (oitenta e um por cento). Esse é um dado de ontem. VOZ AO FUNDO. **WAGNER:** Realiz-  
356 zaram o aceite. VOZ AO FUNDO. **WAGNER:** Isso é com a aprovação do Conselho. O número  
357 de Estados que realizaram o aceite sem aprovação do Conselho: 5 (cinco). VOZ AO FUNDO.  
358 **WAGNER:** Espera aí, gente. Deixa eu esclarecer. Primeiro os Estados realizam o aceite. Aí tem  
359 a informação do Estado que realiza o aceite e o Conselho foi lá e aprovou. **SIMONE:** Wagner!  
360 Só um minutinho. Explica para o pessoal como que é o rito no SUAS. Tem a pactuação na CIT,  
361 depois vai para o Conselho Nacional, depois o Ministério disponibiliza em formato informatizado...  
362 Explica aí só para o pessoal entender o quê que é o aceite e o quê que é a adesão. E depois  
363 você fala quem recebe o dinheiro daquela turma ali. **WAGNER:** Tá. Esse processo que pesa em  
364 que o programa tenha sido discutido a partir de abril quando mudou o governo, começou uma  
365 discussão primeiro interna no Ministério e depois foi levada para o âmbito da CIT. A CIT fez uma  
366 discussão e instituiu uma câmara técnica que estabeleceu uma discussão. Depois veio o Conselho  
367 Nacional e estabeleceu duas resoluções: uma que aprova o programa, que é a resolução 19  
368 (dezenove) de novembro de 2016. E a resolução número 20 (vinte), que aprova os critérios de  
369 partilha do programa. A partir daí, o Ministério toma as medidas para fazer a disponibilização do

370 formulário do aceite em instrumento eletrônico, onde os entes: Municípios e Estados vão mani-  
371 festar o interesse pelo aceite ao programa. E após a manifestação dos interesses dos gestores,  
372 vai haver a manifestação dos Conselhos. Então, no caso ali de número de Estado que realizou  
373 o aceite com a aprovação são: 22 (vinte e dois); números dos Estados que realizaram o aceite,  
374 mas o governo não manifestou: 5 (cinco), dentre esses Minas Gerais; números de municípios  
375 elegíveis no país: 3.279 (três mil duzentos e setenta e nove) dos 5.570 (cinco mil quinhentos e  
376 setenta) que existem no Brasil; número de municípios que realizaram o aceite com a aprovação  
377 dos CMAS: 788 (setecentos e oitenta e oito). Ou seja, 24% (vinte e quatro por cento) dos muni-  
378 cípios que poderiam realizar aceite fizeram o aceite e os Conselhos aprovaram; número de mu-  
379 nicípios que realizaram o aceite e que não tem a aprovação ainda do Conselho: 207 (duzentos  
380 e sete). Isso corresponde a 6% (seis por cento); números de municípios que negaram... Esse aí  
381 é um dado que a gente só tem dos municípios que falaram “nós não vamos aderir ao programa”:  
382 5 (cinco) municípios. No Estado de Minas dos 853 (oitocentos e cinquenta e três) municípios 437  
383 (quatrocentos e trinta e sete) são elegíveis para aceitar o programa; dos 437 (quatrocentos e  
384 trinta e sete) realizaram o aceite com aprovação do Conselho: 77 (setenta e sete) municípios.  
385 Isso corresponde a 17% (dezessete por cento) dos municípios de Minas; municípios que realiza-  
386 ram o aceite sem a aprovação ainda do Conselho: 25 (vinte e cinco) municípios. Isso corresponde  
387 a 5% (cinco por cento); municípios que ainda não realizaram o aceite no caso do Estado de  
388 Minas Gerais: 76% (setenta e seis por cento). Então vocês percebem aí que a adesão é o aceite  
389 do órgão gestor mais a aprovação do Conselho. Isso configura a adesão. **SIMONE:** Ficou claro,  
390 gente? Então é o aceite mais a adesão. É o aceite mais o aprove, que é a adesão. E só quem  
391 adere que recebe os recursos. Pelo o que a gente vê aí nós podemos esperar uma grande  
392 adesão ao programa, sem dúvida nenhuma. Já temos o dos Estados, teremos com certeza tam-  
393 bém dos municípios... Eu acredito que nenhum de nós quer que o Conselho apenas aprove ou  
394 não, mas nos interessa discutir aqui uma estratégia de resistência. A discussão que eu acho que  
395 a gente deveria fazer aqui é como que nós vamos fazer como que a gente possa... Eu acho que  
396 tem duas questões aqui pelo debate que eu entendi de manhã: fazer o programa da Primeira  
397 Infância no SUAS para as normativas do SUAS. Isso é importante. E, como bancar que o pro-  
398 grama da Primeira Infância seja intersetorial. Quer dizer, tem a parte da assistência que de fato  
399 deve está no desenho do SUAS. Mas ele também precisa do ponto de vista do direito, ter ações  
400 na área da saúde e na área da educação como já foi colocado aqui. Eu acho que a gente deveria  
401 proferir agora esse tipo de debate, esse tipo de discussão. Eu acho que a gente deveria qualificar  
402 aqui e pensar estratégias concretas para a resistência. **GEISIANE:** Diante da fala da Simone,  
403 temos aqui a inscrição da Marta. Por favor. **MARTA ELIZABETE:** Quando a sociedade civil se  
404 manifestou para a não aprovação e o governo, eu fiquei aqui pensando. Então, na verdade, tem  
405 ações que o Conselho deve fazer: debater o Conselho da Saúde, debater no Conselho da Edu-  
406 cação, fazer uma resolução informando a todos os Conselhos Municipais sobre a sua decisão e  
407 o porquê da sua decisão. Eu acho que as entidades da sociedade civil também tem um papel  
408 importante. Por exemplo, o Conselho de Psicologia se posicionou, o CRESS mandar a nota téc-  
409 nica para todos os psicólogos que trabalham no SUAS de Minas Gerais junto com o CEAS ex-  
410 plicando porquê que eles compoendo a sociedade civil não aprovaram. São algumas das estra-  
411 tégias que eu acho que a gente pode fazer. Outra que a gente poderia fazer, não sei, é o Con-  
412 selho fazer algum seminário, um debate online, para contar o porquê que o Conselho de Minas  
413 se posicionou em relação a esse programa. Eu queria até compreender melhor por que o Con-  
414 selho Nacional aprovou esse programa, eu queria entender. Eu não consigo entender. Eu acho  
415 que vai contra a razão da existência dos Conselhos. **GEISIANE:** Nós temos a Rita inscrita. Você  
416 pode passar pra ela Marta? **RITA:** É só uma colaboração. Eu acho que nesse posicionamento  
417 do Conselho é importante também ele se fundamentar no Marco Legal da Primeira Infância,  
418 porque ele é mais coerente com o SUAS. Eu estou muito surpresa com essa dimensão que o  
419 programa tem de fragilizar e de não está alinhado ao SUAS. Isso não está posto no debate. A  
420 gente tem um debate com mais de 200 (duzentas) entidades. Tivemos esse debate no Encontro  
421 Nacional dos Fóruns Estaduais de Defesa da Educação Infantil. Em nenhum momento essa di-  
422 mensão de que o programa não está alinhado ao SUAS não tem sido colocada. Eu acho que



423 nesse posicionamento de vocês, vocês devem trazer essa fundamentação, porque isso é funda-  
424 dor para nós todos. E complementando as sugestões da Marta, eu acho que esse alinhamento  
425 tem que ser feito dentro do governo também, Simone. Não é só dentro de Conselho, não. Tem  
426 que fazer esse alinhamento dentro do governo estadual com a educação e com a saúde, porque  
427 não tem muita clareza disso aí não, tá? Eu acho que tem uma atuação que é de Conselho. Mas  
428 se a posição do governo foi essa, tem que haver um alinhamento dentro das áreas sociais do  
429 governo estadual. É só uma sugestão. **GEISIANE:** Obrigada, Rita. A Débora... Por favor, Débora.  
430 Fale ao microfone. **DÉBORA:** Eu queria só retomar algumas colocações que estão na nota da  
431 Frente quando a gente fez essa discussão lá. E hoje a fala da Ritinha deixou muito claro pra  
432 gente como que a área da educação e da saúde muitas das vezes não tem a dimensão do  
433 impacto que esse programa representa por ele está localizado na área da assistência, retrocesso  
434 que ele representa na volta à assistência e ocupando ações que são da saúde e da educação.  
435 Ontem a Frente através da secretaria executiva já mandou a nota para todos os CMAS, para os  
436 secretários de assistência social. Eu acho que a gente tem que fazer esse movimento também  
437 de debate. Muitos dos prefeitos e dos secretários estão chegando agora, não é? E muitos deles  
438 não têm história na assistência social. Então a gente achou importante fomentar esse debate. O  
439 Conselho que a gente achou também muito importante de ser envolvido é o Conselho a Criança  
440 e do Adolescente. Eu acho que o ponto principal é questão das visitas e a concepção das visitas  
441 as famílias pobres. Na verdade isso não vai de encontro, porque criança feliz é criança protegida.  
442 Não é a criança cuja mãe é considerada inadequada para cuidar delas. Então um encaminha-  
443 mento importante é o Conselho trazer os outros Conselhos, principalmente o CEDCA. Eu não  
444 sei se ele faz parte aqui... Faz, Consola? O CEDCA tem assento? Não, não é? **GEISIANE:** Obri-  
445 gada, Débora. Agora tem a inscrição da Fátima, da SEDPAC. **FÁTIMA:** Boa tarde a todos. Eu  
446 sou a Fátima, da coordenadora da criança da SEDPAC. Eu só quero mencionar que o CEDCA  
447 já tem uma nota de repúdio ao programa. Essa nota está inclusive disponibilizada no site. Eu  
448 tenho essa informação e achei importante colocar. **GEISIANE:** Mais alguma inscrição, Consola?  
449 Temos aqui a professora Eleonora. **ELEONORA:** Eu queria inicialmente fazer aqui um papel de  
450 quem tem noção de gestão e de história. Vocês tomaram uma decisão sem dúvida mais do que  
451 histórica, mas é uma decisão que tem consequência. E a gente conversou isso hoje aqui de  
452 manhã. Essas consequências provavelmente devem ter retornos positivos e retornos negativos.  
453 A primeira questão que eu gostaria de trazer para este Conselho é que, este Conselho tem que  
454 se preparar bem: técnica e política para os debates que ele vai ter que enfrentar, e não são  
455 poucos. O primeiro debate provavelmente vai ser de que não está sendo levado em conta a  
456 priorização da Primeira Infância como algo desse Conselho. O quê que eu gostaria então de  
457 chamar a atenção? Eu já tinha mencionado isso um pouco na minha fala: mais do que nunca os  
458 fundamentos dessa decisão tem que está muito bem estruturados e articulados. Eu acho que  
459 cada conselheiro titular e suplente tem que está muito bem afiado com o conjunto de conheci-  
460 mento que vão para além do SUAS. O quê que a nossa querida professora Rita nos disse aqui  
461 hoje? Ela nos disse que tem um Plano Nacional da Primeira Infância, o Marco Legal da Primeira  
462 Infância, um programa da Primeira Infância relacionado ao SUAS e um programa Criança Feliz.  
463 Ou seja, nós temos pelo menos quatro coisas que nós vamos ter que conhecer muito bem. A  
464 gente em um marco legal... Eu tentei ler com o maior cuidado possível para poder estar aqui hoje  
465 porque eu não o conhecia. E é um marco legal que foi construído de forma coletiva e democrá-  
466 tica. Esse marco legal tem eu está incorporado no SUAS, eu não tenho dúvidas. A Simone já  
467 anotou isso aqui. O quê que esse Conselho vai fazer pra incorporar o marco legal? Já que nós  
468 estamos tomando uma decisão de resistência ao programa Criança Feliz em razão de um marco  
469 legal que dá outra orientação, e que essa orientação do marco legal tem a ver com o SUAS, o  
470 quê que é então que nós vamos sustentar enquanto fundamentos da não adesão? Eu acho que  
471 isso é primordial, até porque esses fundamentos vão servir para os municípios. E só dizer que a  
472 gente votou contra ou a favor, nesse caso contra a adesão, não é suficiente para convencer  
473 ninguém. O segundo fundamento é o quê que o SUAS coloca que nos permite de verdade con-  
474 testar esse programa. Nesse momento mais do que uma resistência a um governo que a gente  
475 acha que não é legítimo, nós temos que fazer a resistência via o que nós construímos legalmente.

476 É isso o que nos fundamenta. Os achismos, as impressões e os sentimentos de discordâncias  
477 não podem sustentar em nenhum momento esses fundamentos, porque isso é muito frágil. Então  
478 essa é a primeira questão que eu gostaria de levantar: quais são os fundamentos que vocês  
479 talvez vão colocar na resolução e talvez fazendo uma difusão. Eu acho que a Marta levanta  
480 coisas importantes. E segundo: o quê que vocês vão fazer daqui pra frente. Nenhuma resistência  
481 se faz sem ação. E que ações são essas? Falar para os mesmos? O whatsapp não funciona,  
482 gente! Com todo o respeito. Eu acompanho com maior alegria o nosso grupo do whatsapp da  
483 Frente, mas nós estamos falando é pra nós, não é? Falar pra nós nos fortalece, nos dá segu-  
484 rança, nos empodera... Mas nós estamos falando para quem acredita no SUAS. Então as ações  
485 são com relação aos parceiros do Estado que podem dizer não? Mas espera aí! Na saúde era  
486 legal ter esse programa. Ou pra gente da educação não feriu nada. Não é um problema ter esse  
487 programa na educação. Na área dos direitos humanos... O quê que a turma de direitos humanos  
488 iria dizer? Então eu acho que tem uma ação que o Conselho tem que fazer. E nesse caso não é  
489 só o gestor, porque o gestor está aqui. Ele já tomou essa decisão junto ao Conselho. Deve haver  
490 uma ação com os outros Conselhos. Se o CEDCA já tomou essa decisão contrária... Mas e o  
491 Conselho da saúde e o Conselho da Educação em especialmente? Há outra ação que eu acho  
492 que ela é imprescindível: com os municípios. A gente tem um grupo de 70% (setenta por cento)  
493 dos municípios que ainda não fecharam essa adesão. Eles têm até 24 de fevereiro. O que este  
494 Conselho vai fazer com relação aos CMAS e aos gestores municipais em termos de esclareci-  
495 mentos para que possa apoiá-los nesse processo de decisão que eles vão ter que passar? Outra  
496 questão que eu acho importante: quais são as ações que vai ser direcionadas para a sociedade.  
497 Vai ser mito fácil para a sociedade dizer que o governo de Minas está abrindo mão de recursos  
498 importantes para a área da criança por simples capricho de oposição. Então convencer a socie-  
499 dade de que essa foi uma decisão muito bem pensada, que a sociedade civil e o governo aqui  
500 refletiram muito e que os pontos levantados foram “tal, tal e tal”, eu acho que é fundamental. A  
501 minha sugestão para o Conselho: que ele fundamente muito bem tudo isso, seja via resolução,  
502 nota técnica, o que for possível de ser feito, para está apresentando as suas considerações para  
503 essa decisão. E que haja! Faça e estabeleça ações. Não depende do governo, isso o que eu  
504 estou querendo dizer aqui. O Conselho tomou essa decisão. Essa decisão vai ser encaminhada  
505 para que o governo faça o que achar que tem que fazer com ela. Mas por outro lado, traz uma  
506 responsabilidade para o CEAS imensa e que vai demandar dos conselheiros muito mais ativida-  
507 des e tarefas do que eles geralmente estão acostumados a fazer. **MARTA ELIZABETE:** Eu que-  
508 ria falar porque eu aprendi muito de manhã com a professora Rita e com a professora Eleonora.  
509 E eu fiquei pensando algumas coisas. Esse programa do jeito que ele veio ele não é para todos  
510 os meninos de 0 (zero) a 06 (seis) anos de um território. Ele está recortado, não é? Então isso é  
511 a primeira coisa que tem que contar para todo mundo, porque se não fica parecendo que ele é  
512 um programa para todo mundo. Isso é igual quando o Fernando Henrique mostrou o um médico  
513 batendo na porta da casa das pessoas em uma propaganda na televisão. Eu não sei se vocês  
514 lembram disso. Eu concordo com a professora Eleonora. O governo tem que fazer de alguma  
515 maneira dentro daquilo que ele possui um nível de uma campanha e uma divulgação. A outra  
516 coisa que eu fico pensando é o governo dando ciência e força, Simone. Eu estou falando isso  
517 porque eu sou do governo. Eu vi ali... Eu não sei se eu estou doida da cabeça, senão vocês vão  
518 me falar. Não é recorte sem famílias? **VOZ AO FUNDO. MARTA ELIZABETE:** Meu Deus do  
519 céu! **VOZ AO FUNDO. MARTA ELIZABETE:** Pois é. A gente pode montar a saúde com a assis-  
520 tência social e junto com a educação, com comitês nos municípios, fazer essas visitas e tratar  
521 do caso como a gente trata na saúde mental. Vamos fazer uma clínica de muitos! Se for o caso  
522 para acompanhar uma situação de extrema vulnerabilidade, se é essa a questão, se é isso que  
523 é pra fazer, então a gente faz isso com aquele recorte para dar o amparo. É para falar que o  
524 Estado não está amparando. Eu não sei se tem fundamento o que eu estou falando, Simone. A  
525 não ser que esse programa que a gente votou contra ele vai atender todas as crianças de um  
526 território de 0 (zero) a 06 (seis) anos. Vai atender? **VOZ AO FUNDO. MARTA ELIZABETE:** Ah!  
527 Então tá. Obrigada. **LEONARDO KOURY:** Eu acho que é importante a gente compreender ne-  
528 cessariamente a conjuntura que traz o programa. Não é a pauta apenas da proteção da criança

529 e da família, mas qual que é a conjuntura que traz o programa. Eu acho que o que já foi colocado  
530 aqui pela Simone, enquanto conselheira governamental e enquanto presidente do Conselho no  
531 momento da explanação coloca que os pontos de policiamento e de vigilância as famílias é o  
532 que nós estamos dizendo não. E se for para receber recurso público pra gente poder distorcer  
533 tudo aquilo que a gente construiu ao longo da última década, é o que faz que a gente tenha uma  
534 decisão por unanimidade. É claro que o sim e o não, em uma vida real, tem as suas questões e  
535 os seus diálogos. O nosso não com unanimidade tem um fator que é extremamente positivo pra  
536 Minas Gerais, para o diálogo com os municípios e para o diálogo com uma sociedade civil orga-  
537 nizada. Não é uma unanimidade em desacordo, porque senão ela não existiria ao longo desse  
538 tempo todo nesse processo de novembro a dezembro e nessa plenária extraordinária, que inclu-  
539 sive tem como pauta o programa. Outra questão que nós conselheiros (as) temos que compre-  
540 ender é a relação de convergência de que não só o programa Criança Feliz que está recebendo  
541 o não em mais uma decisão desastrosa quando a gente fala dos direitos sociais e do governo  
542 federal. Mas outros programas, inclusive na área da agricultura, nem se quer estão conseguindo  
543 nascer, porque dentro da sua base já está tendo toda uma rejeição. Então na agricultura familiar,  
544 e em outras áreas também, ações como essa de hoje... Como, por exemplo, a questão da pul-  
545 verização aérea para os casos de dengue... Na verdade, só legitimam a grande pulverização  
546 aérea que acontece nas cidades, em especial onde tem a agricultura familiar como desenvolvi-  
547 mento econômico já vem acontecendo. Vários Conselhos disseram não a este tipo de regula-  
548 mentação. Inclusive o Estado construiu regulamentações contrárias dentro dessa perspectiva. E  
549 por fim, eu acho que nós temos que compreender também a dimensão de onde a gente está  
550 nesse cenário. Esse cenário é onde a gente extremamente está desfavorecidos pela opinião  
551 pública, não é? Em especial quando as políticas públicas que o governo vem construindo e pen-  
552 sando levam em consideração o voluntariado, questões muito frágeis de ser sustentadas tecni-  
553 camente... Mas no âmbito imaginário popular, no moralismo e na falta de compreensão do cená-  
554 rio e da conjuntura que estamos vivendo, eu acho que vai haver uma grande parcela da socie-  
555 dade que aceita tudo. A gente vê ministro com morte em um avião onde alguns estão dizendo  
556 que é só mais uma morte, não é? Então em um cenário onde a gente não tem uma imprensa a  
557 favor, onde que a opinião pública e um descenso sobre o que vem acontecendo hoje dentro da  
558 república federativa do Brasil, nada mais anormal do que seria a gente não dá conta de fazer um  
559 contraponto mais expressivo para a imprensa. Mas eu acho que a gente também tem que com-  
560 preender que o papel agora da construção do CEAS referente ao programa Primeira Infância é  
561 que a gente tenha condição de propor os municípios que a autonomia dos espaços deve ser  
562 respeitada. Inclusive por ser técnico do PAIF e por ter trabalhado em CRAS, eu sei muito bem  
563 que não é esse tipo de acompanhamento que as famílias precisam. **GEISIANE:** Temos inscrita  
564 a Rose, em seguida a Lúcia. **ROSILENE:** Professora Eleonora é importante as suas colocações  
565 para nós fazer pensar e refletir. Temos que pensar em estratégias que vão ao encontro do SUAS  
566 e fortalecer o SUAS. A gente tem que buscar fortalecer o SUAS para que realmente consiga  
567 trazer a política de assistência social dando visibilidade e fortalecendo a intersectorialidade. A  
568 gente precisa trabalhar isso para que cada política realmente consiga atender as suas necessi-  
569 dades. E aí pensando no usuário como um sujeito de direito. Marta, eu sei que são muitas inda-  
570 gações, sim. **VOZ AO FUNDO. ROSILENE:** Eu acho que na intersectorialidade a gente já faz  
571 isso. É só fortalecer... pra gente não tomar as questões conservadoras, pra não voltarem as  
572 questões clínicas... **VOZ AO FUNDO. ROSILENE:** Eu sei. Eu entendi você. Eu estou trazendo  
573 essa reflexão só pra gente não voltar e ter isso em mente. Nós, enquanto trabalhadores do SUAS,  
574 temos a nossa responsabilidade. Mas realmente precisa ser fortalecido pra gente fazer uma lei-  
575 tura crítica no nosso espaço de trabalho, pra gente realmente contribuir com o usuário e para  
576 quem ele tenha autonomia e participação. O usuário precisa entender que a política de assistên-  
577 cia social é uma política pública, não assistencialista. Eu acho que são muitos os desafios que  
578 estão pela frente. A política de assistência social sempre teve muitos desafios. Então esse é mais  
579 um desafio colocado pra gente para que realmente a gente consiga fazer essa resistência na  
580 política de assistência social. **LÚCIA:** Eu queria externar aqui um sentimento que me toma conta  
581 agora. Na parte da manhã eu fiz uma intervenção e me reporte diretamente aos conselheiros

582 alertando que tomar a decisão, fosse ela qual fosse, teria consequências para este Conselho.  
583 Eu queria colocar aqui o meu incômodo. Eu até perguntei aqui para a conselheira Jose se a  
584 sociedade civil discutiu no horário do almoço, ou antes, porque essa discussão já está posta tem  
585 30 (trinta) dias, quais são as sugestões da sociedade civil, com raras exceções como o CRP que  
586 se manifestou, pra gente fazer esse enfrentamento. Não é só para dentro do governo! Não pode  
587 ser! Quem está no governo, quem está na gestão, está no pior lugar para fazer essa resistência  
588 e esse enfrentamento. E aqui nós estamos em um Conselho Estadual. Então as entidades que  
589 estão aqui elas tem representação, algumas até tem nível nacional e outra a nível estadual. Este  
590 aqui é um local que ele se enriquece que ele cria novos sentidos, na medida em que cada par-  
591 ceiro e que cada membro assuma as suas responsabilidades. Vocês me desculpem. Mas assim,  
592 para quem já está com mais de 40 (quarenta) anos de estrada, de resistência e de luta, é des-  
593 confortável demais! Nós acabamos de tomar uma decisão muito séria! E aí duas vão se autode-  
594 fender? Vocês me perdoem! Mas eu estou decepcionada. Eu queria demais ouvir da parte da  
595 sociedade civil ou das instituições o quê que é que a sociedade civil vai concretamente arregaçar  
596 as mangas para fazer esse enfrentamento. Vocês viram lá no quadro a adesão. Eu disse aqui  
597 em dezembro que grande parte dos municípios vai aderir, pode ser que depois nem consiga  
598 realizar. Mas vai aderir, seja por pressão do prefeito... Não é? Porque os gestores estão aca-  
599 bando de chegar, porque não tem acúmulo, porque não tem conhecimento, não é? Porque vão  
600 achar que com R\$ 5 mil eles vão fazer a graça... Não contratam nem dois profissionais de nível  
601 médio... Nem isso dá para contratar. Eu estou saindo da gestão pública, então estou com os  
602 números todos na cabeça de quanto que custa. Então eu queria muito que a gente hoje aqui  
603 nessa plenária ouvisse um pouco mais do conjunto do CEAS. O CEAS não é só governo, não  
604 é? Então me deixem sair daqui do Conselho mais feliz um pouquinho. **GEISIANE:** Tem inscrição  
605 aqui da Silvana. Tem microfone próximo ai, Silvana? **SILVANA:** O que eu estava pensando aqui  
606 foi o que a Eleonora disse? Do que vai ser de responsabilidade do Conselho daqui pra frente.  
607 Quando a gente toma uma decisão dessa, politicamente isso é repercutido, gera uma repercus-  
608 são que é por oposição ao governo. Mas sabemos que não é por oposição, são ideias funda-  
609 mentadas. Então a gente tem que propor sim alguma coisa. Só que nesse momento eu acho que  
610 seria precoce a gente tentar propor alguma coisa ou alguma ação. O que eu estava pensando e  
611 cochichando aqui com a Marta seria a possibilidade de a gente fazer um GT para pensar uma  
612 proposta para esse público que o programa Criança Feliz estava propondo para identificar essas  
613 demandas e quais que são as reais demandas desse público. E a partir disso, vamos ver o que  
614 a gente vai fazer alinhados com a política do SUAS. Eu acho meio precoce dizer “vamos fazer  
615 isso, aquilo e aquilo outro.” Por outro lado, nós temos que nos posicionar, sim. Vai ter uma re-  
616 percussão política... Eu acho que essa decisão não foi do governo, foi uma decisão do Conselho.  
617 E o Conselho não é “só o que o governo acatar”, não é? Foi o Conselho hoje que decidiu isso  
618 aqui. Fomos nós que levantamos os crachás e que decidimos. E eu acho que o Conselho não é  
619 só o governo e só a sociedade civil, é a gente junto. Então nós temos que pensar nessa proposta.  
620 Temos que fazer um GT e pensar na demanda que existe. E a partir daí vamos fazer uma política  
621 intersetorial nesse sentido. **GEISIANE:** A Marta está inscrita agora, por favor. Depois a Carla.  
622 **MARTA SILVA:** Eu também queria dividir com vocês algumas reflexões que estão me aconte-  
623 cendo aqui. Uma é: como é que isso tudo aconteceu no CNAS? Como é que esse tipo de pro-  
624 posta passou no Conselho Nacional de Assistência Social? E como que nós não conseguimos  
625 ter forças para barrar isso? O quê que foi que aconteceu? Eu não tenho elementos agora para  
626 fazer essa avaliação. Mas é importante que a gente tivesse alguns dados de alguns casos pra  
627 gente poder avaliar isso, por quê? Para impedir que novas regulações sejam aprovadas no  
628 CNAS. E que a gente não assista desmonte do quê que a gente está vendo. Independente da  
629 adesão ou não, eu acho que esse Conselho Estadual ao está assumindo isso, também está  
630 assinando que nós queremos ter um protagonismo. Que caminho a gente vai conseguir traçar  
631 para alcançar isso? Eu acho que pode fazer uma construção conjunta mesmo. Nós podemos  
632 fazer nas conferências... Não é? Nós podíamos achar caminhos para isso. Então isso é uma  
633 coisa. Eu fico pensando que um caminho é qualificar o debate de quem tem assento no Conselho  
634 Nacional. Pelo o relato que a Páscoa fez pra gente, em 15 (quinze) minutos isso foi votado lá,

635 apesar de ter movimento por dentro, apesar de ter Capitai e apesar de ter pressão. O governo lá  
636 não ficou nenhum pouquinho preocupado com os movimentos sociais, não. Então nós temos que  
637 construir outras estratégias para gente estar lá no Conselho Nacional. A gente está por via FO-  
638 NACEAS, como a gente já apontou ali. Mas quais são outras, não é? A outra é os encaminha-  
639 mentos, eu não sei se consigo fazer o resumo, do que a gente já conversou aqui: ou é de mani-  
640 festação conjunta das secretarias de Estado em relação à Primeira infância já demonstrando que  
641 dentro do desenho das políticas públicas é possível realizar em torno da defesa a Primeira In-  
642 fância; o outro é a disseminação da decisão que este Conselho tomou referendar nos argumen-  
643 tos que a gente construiu aqui com a representação de todos os conselheiros deste Conselho  
644 esclarecendo os espaços de onde eles têm origem e nos loucos que eles têm atuação esclare-  
645 cendo isso, para de onde eles vieram e também nos espaços que vamos ter e vamos estar no  
646 nosso cotidiano tendo acesso: espaço de usuários, trabalhadores e entidades. Então seria um  
647 compromisso da gente aqui pra fazer um pouco que a Lúcia já colocou sobre a gente fazer toda  
648 essa mediação. Porque senão, a informação não vai chegar. A outra é: como que vamos orientar  
649 os CMAS e as URCMAS considerando essa decisão que a gente tomou aqui? Parece que a  
650 gente tem alguma idéia de que pode ser uma nota técnica. Pode ser de várias formas. Então eu  
651 acho que é um pouco disso. E de novo, lembrando que a gente tem que cumprir a formalidade  
652 de resolução para gente discutir nesse Conselho. Quando acabarem as inscrições, eu gostaria  
653 de saber se a gente pode ver uma resolução que a gente fez um esforço pra tentar construir para  
654 colaborar na discussão desse Conselho com argumentação. Vamos ver se ela atende tudo isso  
655 que a Eleonora colocou. Inclusive a gente colocou a questão da política da Primeira Infância. A  
656 gente colocou todas as argumentações, vamos ver se atende. A gente vai precisar inserir isso  
657 no sistema. E aí informar ao CNAS a decisão desse Conselho Estadual não só no sistema. **GEI-**  
658 **SIANE:** Carla, por favor. Antes da Carla... Só um segundo, Carla. A Rita está pedindo esclareci-  
659 mento. Talvez possa ser na fala da Marta. **RITA:** Você coloca só informar ao Conselho Nacional?  
660 Você não coloca a possibilidade de um debate, de uma audiência pública... Mandar a resolução  
661 e só informar... Aqui tem uma questão de concepção que a Eleonora tem chamado a atenção  
662 que é importante. E outro esclarecimento: você descarta uma reunião com o MDS onde este  
663 Conselho se posicione junto ao gestor do programa? **VOZ AO FUNDO. MARTA SILVA:** Não. Eu  
664 não estou dizendo que é só a gente formal nos sistema, mas dar conhecimento dessa decisão  
665 ao CNAS. E aí isso pode ser de diversas formas. Eu não disse como. Nós vamos chama-lo para  
666 o debate, porque senão vamos ser contidamente derrotados lá. Carla. **PARTE 2 CARLA:** (...) Na  
667 hora que comunica não precisa a gente ir lá, provavelmente eles virão aqui pra fazer a discussão,  
668 não é? Eles têm feito uma tentativa de reversão da decisão no Conselho. Isso eles têm feito. Eu  
669 queria só complementar a fala da Marta. Antes de chegar ao Conselho Nacional de Assistência  
670 Social a resolução para ser aprovada, ela é pactuada na CIT. Eu acho que a CIT, neste aso, não  
671 deu conta de fazer todas as críticas necessárias, porque poderia ter suscitado as questões no  
672 momento em que os gestores acordaram. Eles pactuaram de forma consensual. Então eu acho  
673 que a CIT também é alvo da gente está pensando essa reflexão, porque na hora que foi para o  
674 Conselho, o Conselho meio que se posicionou em um consenso estabelecido na CIT. Quem foi  
675 contra foram só os trabalhadores e os usuários. Essa foi a questão. E com relação ao encami-  
676 nhamento, o Marco Legal da Primeira Infância que é a lei referência para o debate, lei 13.257  
677 (treze mil duzentos e cinquenta e sete), ela já indicada que os entes federativos tem que tratar  
678 no âmbito dele sum plano municipal, um plano estadual e um plano nacional. Então a gente não  
679 tem muito que inventar. A gente pode usar como o nosso principal argumento e dizer que o que  
680 está sendo proposto para assistência social é o reducionismo que a lei propõe. A gente pode  
681 colocar na pauta que os Estados e os Municípios têm que elaborar um plano para a Primeira  
682 Infância de forma Inter setorial, como a lei indica. E aí eu acho que não é a assistência social a  
683 protagonista dessa história, porque se gente assume no âmbito do Estado e para os municípios,  
684 a gente vai fazer um caminho meio que parecido do que está proposto. Então eu acho que o  
685 Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, e no caso o estadual, seriam os articuladores  
686 junto com as representações das políticas intersetoriais para elaborar o plano e fazer a prioriza-  
687 ção que eles acham que devem fazer com as políticas intersetoriais. E a nossa defesa é a favor

688 da lei da Primeira Infância. O programa no âmbito do SUAS representa o reducionismo dessa  
689 lei. Seria isso. **GEISIANE:** Juanita, opor favor. **MARIA JUANITA:** Boa tarde a todos. É um tema  
690 extremamente complexo, que já foi discutido e apresentado por vários profissionais da área.  
691 Entretanto, O CEAS tem a função de zelar pelo SUAS. Mais do que não aderir a um programa  
692 novo do governo federal, de que forma a gente zela pelo SUAS não aderindo ao programa? Na  
693 hora que eu fiz a discussão com a sociedade civil, óbvio que vencedora, porque lá todos votaram  
694 contra e a gente tem seguir a maioria e respeitar... E aqui esse Conselho já decidiu já decidiu  
695 também... Mas eu fico pensando na importância do CEAS em zelar pelo funcionamento do  
696 SUAS. E a gente tem nesse marco regulatório duas leis que institui o programa de forma inter-  
697 setorial, que é de 2016. E tem a LOAS, que fala o que é assistência. E dentro da LOAS já está  
698 falado o que é assistência: objetivos, princípios, diretrizes... A gente tem duas normativas insti-  
699 tuídas non âmbito dessa norma do programa Primeira Infância que é hierarquicamente a quem  
700 das duas leis? E no âmbito da assistência social a gente tem uma resolução 19 (dezenove) do  
701 Conselho Nacional que institui o programa Primeira Infância no âmbito do SUAS. No âmbito do  
702 SUAS eu não percebi na resolução do CNAS nada que contradiz as funções que é de assistência  
703 social. A gente pode pegá-la aqui e relê-la. O que a gente tem na verdade é equivoco talvez de  
704 alguns setores, na minha interpretação, que coloca na assistência a função de visitador social  
705 para as famílias que tem crianças de 0 (zero) a 06 (seis). Entretanto a lei do SUAS já falou qual  
706 que é nossa função. A gente sabe que nós âmbito do SUAS a visita domiciliar se categoriza  
707 somente para a família que tem pessoas com deficiências; que a visita domiciliar é um resumo  
708 pra gente conhecer a família; pra gente responder quem são, como vivem e como elas se prote-  
709 gem. Então, se a gente tem um decreto que contraria a lei e que conforme o §1º do Art. 4º da  
710 LOAS onde fala que é competência do Conselho aprovar ou não o programa, eu trago a discus-  
711 são no sentido da nossa responsabilidade de falar “dentro do programa Primeira Infância no  
712 Estado de Minas Gerais as competências...” Nós temos essas competências. A forma que o  
713 decreto regulou isso descontraía LOAS. Eu concordo com fala da mesa no sentido de “tá. A  
714 gente não vai aderir. E aí? O SUAS vai continuar.” O SUAS vai continuar porque a gente tem  
715 uma hierarquia; nacional, estadual e municipal. Ele já foi construído, ele já tem raízes. E o pro-  
716 grama é complementar ao serviço. E eu pergunto aos colegas por que esse CEAS não pode  
717 zelar pelo funcionamento do SUAS fazendo as adequações necessárias considerando o conhe-  
718 cimento que esse Conselho tem, que a SEDESE tem, pra fazer esses rearranjos? Obrigada. É  
719 só isso. **GEISIANE:** Por favor, Cris. **CRISTIANE:** Boa tarde. Com relação ao que a conselheira  
720 Lúcia trouxe sobre essa questão desse debate também ser feito na sociedade civil, eu acho que  
721 isso é muito importante. Inclusive o Fórum Municipal do Direito da Criança e do Adolescente vai  
722 receber o Fórum. Essa foi uma das pautas que eu levantei inclusive como conselheira estadual.  
723 Eu pontei isso para o Fórum para ser debatido, mas não foi debatido. Inclusive como a Débora  
724 coloca aqui de se debater isso dentro dos Conselhos Municipais do Direito da Criança a impor-  
725 tância disso, não é? Mas ainda não foi debatido lá dentro do Conselho. Eu imagino que é exten-  
726 sivo essa questão de articular também com o CEDCA. E enquanto sociedade civil, a gente tem  
727 organizado isso, pelo menos aqui em Belo Horizonte, por meio do Fórum do Direito da Criança  
728 e do Adolescente. Eu acho que tudo isso que já foi colocado aqui, inclusive essa síntese que foi  
729 feita pelo professor, eu acho que isso já é o que tem que ser publicado. E já estava deliberado,  
730 não é? Então a partir da deliberação eu acho que tem que ser mais é informado e comunicado  
731 da deliberação. Então eu já comecei dizendo para as pessoas aqui “gente! A deliberação do  
732 Conselho é essa.” E a primeira pergunta é: por que tomou essa decisão? Então eu acho que o  
733 que tem que ser feito é o que a professora vem trazendo; por que essa decisão? Eu acho que  
734 precisa ser feito um compilado prático dizendo financeiramente o porquê. Foi o que a Simone fez  
735 aqui para apresentar o voto. Eu acho que isso já dá base para a sociedade civil. O que eu acho  
736 mais interessante de tudo é que está muito fácil porque existe unanimidade nesse Conselho, não  
737 é? Têm posições, posicionamentos, pontos de vistas e contribuições, mas a deliberação e o voto  
738 aqui foram unânime, não é? Todo mundo votou a contrário ao programa. Eu entendo que esse  
739 Conselho vai ter facilidade de a gente pegar isso e sistematizar politicamente e financeiramente  
740 as razões. E é isso que vai ser o que nós vamos trabalhar publicizar, informar, distribuir... Porque

741 aí, conselheira Lúcia, eu acho que nós, da sociedade civil, vamos ter condições de trabalhar isso  
742 dentro da própria sociedade civil. É pra não parecer que foi uma decisão do governo, entende?  
743 De política simplesmente, sabe? Então eu acho que tem que ser esse documento e essa siste-  
744 matização que já está pronta, temos apenas que organizar isso. Até mesmo dentro do discurso  
745 do governo que foi apresentado como razões do voto contrário, sistematizar isso e encaminhar.  
746 Eu sugiro que isso seja feito em várias peças. Pela a minha praticidade, eu acho que isso tem  
747 ser feito em várias peças como marketing de comunicação... Eu acho que manifestos assim são  
748 extremamente importantes, são documentos que são mais profundos e trazem discussões mai-  
749 ores. Mas assim, pela dinâmica hoje das coisas, pela velocidade das coisas, nós precisamos  
750 fazer uma forma de informar e comunicar de maneira mais rápida, mais prática. Eu acho que as  
751 peças para essa discussão podem ser feitas inclusive com as mídias, sabe? Mídias que nós  
752 estamos o tempo todo com elas nas mãos. Eu entendo que a gente tem que dar velocidade pra  
753 isso de maneira prática: pegar, sistematizar e criar peças para que a gente possa distribuir para  
754 as pessoas fazerem o debate. Nós estamos aqui ligados e conectados com os conselheiros do  
755 interior que querem entender isso. E partir dessa sistematização do por que e tudo fica mais fácil  
756 criar o debate, inclusive de trazer a sociedade civil e o usuário. Eu acho que precisam ser peças  
757 onde os usuários também compreendam de maneira muito clara o quê que é isso. Não estou  
758 dizendo que tudo isso que eu recebi sobre os manifestos não são importantes, são importantes.  
759 Mas elas são mais profundas e requerem um pouco mais de conhecimento para dar conta de  
760 gerir as informações. **GEISIANE:** Sandra. Eu vou te inscrever tá Maria? **SANDRA:** Nós todos  
761 vamos sair felizes daqui, Lúcia. Foi unanimidade a votação, não foi da sociedade civil. Eu acredito  
762 piamente de que nós vamos sair. E lógico, agora nós vamos ter que pensar nas ações. Eu entrei  
763 aqui em contato rapidamente para saber a questão do Conselho Nacional da Assistência Social  
764 quando da votação. Uma representante da FENATIBREF está no Conselho Nacional represen-  
765 tando os trabalhadores. E eu tinha certeza de que ela não tinha votado a favor, até mesmo pela  
766 nossa discussão interna. Então ela fala: “fizemos a mudança para o programa Primeira Infância  
767 onde é a apenas a continuidade do Brasil Carinhoso...” Aquela coisa toda. E aí eu perguntei:  
768 como é que foi a votação. Ela fala: “não foi unanimidade. Usuários: 2 (dois) votos contra e um a  
769 favor; na suplência: 03 (três) votos a favor; os trabalhadores todos votaram contra; as entidades  
770 todas votaram a favor.” Então esse é o quadro do CNAS quando da votação. O segmento de  
771 trabalhador não foi favorável a isso. Já tiveram sugestões aqui do quê que a gente vai fazer; se  
772 vamos fazer um GT pra gente qualificar politicamente e tecnicamente tudo isso o que a Simone  
773 falou de que nós temos que argumentar, mas com qualidade. E eu acho a sociedade não vai  
774 fugir à luta e dessa raia não. Eu trago um exemplo do CMAS quando da emenda parlamentar,  
775 nós fizemos foi um seminário. Depois que nós decidimos para não receber o dinheiro da emenda  
776 parlamentar, não ficou no não simplesmente, não. E o lugar que cada um está realmente tem um  
777 desdobramento. Eu, enquanto entidade fui muito retaliada. Só para vocês terem uma idéia, o  
778 padre foi bater em mim lá na minha entidade. Era o padre Mário! E aí chamamos a Eleonora  
779 Esquetine, chamamos... Sabe quem chamamos para o seminário? O saudoso Sérgio Miranda, o  
780 André Quintão, o MP... Nós Fizemos um grande seminário para poder está trabalhando esses  
781 olhares para nos ajudar na nossa decisão. A gente também estava nesse dilema. Eu como re-  
782 presentante de entidade fui colocada numa encruzilhada danada! Mas a gente bancou. Então  
783 fizemos um seminário pra depois... Disso saiu de produto o MP e as Universidades participando  
784 das plenárias do Conselho. O Sávio lembra disso. E depois normatizamos como que seria o  
785 recebimento dessas emendas parlamentares de maneira mais democrática e justa. Então eu  
786 penso que a sociedade civil tradicionalmente neste Estado e nessa cidade não vai fugir agira de  
787 pensar como que nós vamos fazer. É simplesmente todo mundo votar não e ir para casa tran-  
788 quilo? Não é. Então eu trouxe esses dados aqui do CNAS. Eu me coloco a disposição para o GT  
789 pra gente pensar o que vamos fazer como segmento de trabalhadores e entidades sobre o que  
790 vai ser agora no dia seguinte e nos próximos instantes. **GEISIANE:** Érica, CRP. E em seguida a  
791 Simone Albuquerque. **ÉRICA:** Boa tarde. Como trabalhadora do SUAS eu me senti provocada  
792 até na fala da Lúcia. Eu até estava conversando aqui com a Páscoa: gestores que organizam  
793 iniciativa de trabalhadores que chama Fóruns são exceção. Então como trabalhadora do SUAS

794 hoje, eu estou no CREAS e não tenho assistente social para trabalhar comigo. Eu tenho 100  
795 (cem) casos sob a minha responsabilidade. Então como que vou pegar o programa Primeira  
796 Infância pra fazer também? Não tenho condição! Eu não tenho tempo! Não tenho tempo! Eu  
797 trabalho 2 (dois) dias por semana. No interior esse debate ainda nem chegou, gente. Não che-  
798 gou! Os trabalhadores não sabem o que está acontecendo. A Simone até estava rindo de mim  
799 mais cedo, mas é porque as primeiras damas estão visitando os equipamentos nas nossas pre-  
800 feiturias. E a gente tem técnico que fala assim: “mas o quê que tem? Ela quer supervisionar  
801 projeto, mas o quê que tem?” Tem muita coisa! Isso é como o Léo falou, não é só um não ao  
802 aceite, tem muito mais coisa por trás disso. A gente não tem trabalhadores empoderados. A  
803 gente faz reunião lá no sul e vão duas psicólogas de 30 (trinta) a 50 (cinquenta) que tem no  
804 quadro. Isso eu estou falando da cidade, e a gente faz uma reunião regional. A gente enquanto  
805 representes da classe... É o que a Maria falou também na reunião da sociedade civil, de que é  
806 uma irresponsabilidade, enquanto representante dos trabalhadores, não ouvir a classe toda e  
807 tomar uma posição tão grande. A gente tenta fazer o nosso melhor enquanto CRP. A gente tenta  
808 discutir com a base dentro da nossa possibilidade e dentro do que a categoria tem. É um pouco  
809 de desabado. Os trabalhadores estão adoecidos, estão tirando licença, estão tirando férias atrás  
810 de férias, estão pedindo transferência... E assim, eles não estão fazendo esse debate porque  
811 eles nem sabe se eles vão ficar no CREAS amanhã. Eles têm medo de ser transferidos, eles tem  
812 medo de sofrer perseguição... E eu sou concursada. Então assim, o concurso também não dá  
813 garantia de muita coisa não. Então a gente tem que ter essa responsabilidade de saber o que  
814 está acontecendo lá. São coisas muito sérias. Só vivendo no SUAS a gente consegue ver que a  
815 dimensão é muito maior. O acompanhamento toda semana nessas famílias, com essas condi-  
816 ções, realmente é muito difícil de fazer. Então, mais um trabalho, mais uma coisa para responder,  
817 mais uma coisa que vai tomar o meu tempo, eu não consigo fazer. É só para esclarecer. **SI-**  
818 **MONE:** Primeiro eu quero dizer que quando a conselheira Érica falou pra gente que os municí-  
819 pios estão recebendo as damas, ela recebeu particularmente a “bela, recatada e do lar” lá no  
820 município dela. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É! Tem que falar isso aqui para todo mundo. Ela fica  
821 vermelhinha! VOZ AO FUNDO **SIMONE:** Ela foi representar os trabalhadores do SUAS lá na  
822 reunião com a dama. Foi! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Olha só, gente. Eu penso que desde o  
823 mês passado nós estamos discutindo uma coisa importante. A primeira avaliação que nós fize-  
824 mos é que tem partes na resolução 19 (dezenove) que são contrárias ao SUAS. É por isso que  
825 nós não vamos aderir. Desde a última reunião a parte que vai contra é a parte das ações do  
826 programa que são contrárias ao regulamento do SUAS de que quem faz acompanhamento fa-  
827 miliar é o PAIF e o PAEFI. Então nós temos um objetivo de tentar mudar a resolução 19 (deze-  
828 nove) e 20 (vinte)? É esse que é o objetivo nosso? Eu acho que isso nós vamos ter que respon-  
829 der. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Espera aí! Deixa eu terminar. Se o objetivo for esse, nós vamos  
830 ter que fazer tudo, para que o Conselho Nacional revogue essa resolução e faça outra resolução.  
831 Então se a gente tiver clareza dos objetivos, todo mundo aqui tem muita coisa pra fazer. Se o  
832 nosso objetivo for esse... O Conselho Federal de Psicologia está no Conselho Nacional, o CO-  
833 GEMAS está no Conselho Nacional, o FONCEAS está no Conselho Nacional, FENATIBREF,  
834 Fórum Nacional de Usuário... Todo mundo está no Conselho Nacional. Se o objetivo for esse,  
835 então todos nós vamos pedir para colocar na pauta de novo a resolução do Conselho Nacional.  
836 Se esse for o objetivo, eu sugiro ao Conselho que esse deva ser um dos seus objetivos. O outro  
837 objetivo é que a gente interfira da regulação do programa. O outro objetivo é que a gente mude  
838 o modelo de financiamento para esse programa. Se for por visita realizada por domicílio, esvazia  
839 complemente o sentido e tal. Eu gostaria que a gente discutisse aqui qual que é o objetivo da  
840 nossa resistência. Se for não ao programa pelo o não ao programa, nós já discutimos aqui que  
841 não é isso o que nós queremos fazer. Se fosse, a gente até já teria ido embora já pra tomar  
842 cerveja de preferência, porque hoje é sexta-feira. Mas como a gente resolveu que nós não que-  
843 remos só falar não, então nós temos que dizer o quê que nós vamos fazer. “Nós solicitamos ao  
844 Conselho Nacional que ele faça uma revisão porque entendemos que é contrário às normativa  
845 do SUAS.” Isso é uma coisa. E aí nesse sentido, se a gente quer interferir nesta linha, eu propo-  
846 nho... Primeiro eu vou propor o que eu acho que a gente não devia fazer, está bom? Para vocês



847 verem como que a gente muda fácil. Somos “mutantes.” A professora Rita me convenceu que o  
848 governo do Estado, secretaria de saúde, secretaria da assistência e secretaria da educação de-  
849 vem participar da oficina segunda e terça-feira. Ela está me convencendo disso. Depois nós  
850 vamos ter que discutir. E aí se for só para participar sozinhos também, não dá Rita. Então você  
851 vai ter que pensar quem são os aliados nessa oficina. Ficar lá sozinhos, no protesto solitário...  
852 Não dá. Então essa é uma questão que eu acho que nós temos que decidir. Nós vamos participar  
853 dessa oficina e chegar lá e falar o posicionamento ao Conselho Nacional? É desejo! Vontade! O  
854 desejo escapole pela boca. RISOS. Não sei se é o melhor lugar não... VOZ AO FUNDO. **SI-**  
855 **MONE:** É gente. Nós não vamos aderir a esse. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Espera aí. Eu só  
856 vou terminar. É bom que a gente vai clareando, não tem problema não. A outra coisa que saiu  
857 aqui também é que, o Conselho Estadual deve realizar uma teleconferência com os Conselhos  
858 Municipais. E aí eu sugiro que seja uma teleconferência com a participação da Frente e da Rede  
859 para esclarecer e levar o debate até os Conselhos Municipais. Dá tempo ainda! A gente pode  
860 marcar uma tele se o Conselho concordar. A gente pode fazer essa tele e deixar mais público o  
861 posicionamento do Conselho Estadual. A Marta já falou aqui que nós temos que tirar uma reso-  
862 lução e divulga-la. Nós temos que fazer isso hoje ainda. Outra coisa que o Conselho pode fazer  
863 é a presidência ampliada propor uma reunião com o COGEMAS, com o Colegiado de Secretários  
864 Municipais de Saúde e o Colegiado dos Secretários Municipais de Educação e os Conselhos  
865 Estaduais, para que a gente também discuta com eles a Primeira Infância e o programa também.  
866 Outra coisa também, inclusive que discutimos no governo, é que o Conselho Estadual deve par-  
867 ticipar da reunião do FONACEAS daqui pra frente. O Conselho não estava participando. O FO-  
868 NACEAS se reúne de 03 (três) em 03 (três) meses, cada vez em uma parte do Brasil. Então a  
869 gente passaria a participar para interferir na pauta política. Então eu anotei aqui essas sugestões  
870 pra fazer aqui no pleno do Conselho pra gente discutir, é claro. **GEISIANE:** Wagner. **WAGNER:**  
871 Eu acho que nós não podemos ter dúvida do quê que está em jogo. Eu acho que aqui todo  
872 mundo sabe que nós somos todos favoráveis a discussão da Primeira Infância. E isso é muito  
873 importante e tem que ficar claro. Nós não estamos tomando nenhuma posição em desalinho a  
874 priorização da Primeira Infância. Eu acho que não só o marco legal, como outras normativas, já  
875 de certa forma coloca isso bem claro pra gente. Eu acho que o que talvez nos incomoda é como  
876 o programa foi formatado em tempo relâmpago, vamos dizer assim, com uma aparente legítimi-  
877 dade e legalidade passando pelas instâncias. O tempo que foi dado pelos Conselhos Estaduais  
878 e Municipais se apropriarem foi pífio. A resolução do CEAS saiu no dia 29 (vinte e nove) de  
879 novembro, e dia 02 (dois) já era o aceite. Só tiveram 02 (dois) debates na câmara técnica. O  
880 ministério, em todos os espaços que a gente tem participado, não tem respeitado os preceitos  
881 para qual o SUAS foi construído: gestão compartilhada, o respeito às instâncias democráticas, a  
882 valorização da participação, não flexibilizar os princípios do ponto de vista do financiamento, da  
883 discussão necessária com os usuários... Esses documentos não foram colocados em consulta  
884 pública hora nenhuma e nem foi disponibilizado para um debate mais ampliado não só com os  
885 atores do SUAS, mas com a sociedade de forma geral. Então eu acho que discutir uma posição  
886 não só do CEAS, mas uma atuação também dos atores do SUAS em Minas, é fundamental.  
887 Então eu acho que o Conselho está assumindo esse protagonismo. Talvez nas comissões do  
888 CEAS vai ter que se discutir quais as ações possíveis. Já foi falado aqui de teleconferência, de  
889 voltar a ocupar o FONACEAS, de ter esse debate no encontro de gestores, para dentro do CO-  
890 GEMAS e para dentro do FONCEAS. Como já foi falado aqui, não é uma unanimidade. Tem  
891 Estados que se posicionam em defesa do programa e em defesa dessas ações. Então eu acho  
892 que de farto nós temos que ampliar esse debate. Simone, a adequação da resolução eu acho  
893 pouco provável que isso venha acontecer. Eu acho que o ministério já está determinado por em  
894 prática o programa. Eu acho pouco provável que uma mudança por parte do Conselho venha ser  
895 retomada pela forma que tem sido conduzido. Eu acho que a nossa função vai ser muito de  
896 tencionar e dá visibilidade para o posicionamento, porque na prática ninguém teve tempo para  
897 refletir e maturar a idéia sobre o programa. Então essas dúvidas que nos coloca é como que o  
898 programa está sendo conduzido desrespeitando as ações do SUAS com uma forma e um viés

899 muito autoritário. Eu acho que essa posição de rever a resolução e o que está previsto de finan-  
900 ciamento, eu acho que vai ser um tencionamento. Eu acho que se a gente for à oficina é para  
901 colocar a posição. Eu não acho que o ministério vai para a oficina construir alguma coisa. **GEI-**  
902 **SIANE:** Maria Alves. **MARIA ALVES:** Uma boa tarde a todas (os). Eu queria trazer aqui uma  
903 análise. Depois que a gente votou, nós discutimos muito, não é? Deu até um sentimento de que  
904 eu votei, mas deveria ter votado diferente. Eu estou trazendo isso porque eu acho que esse  
905 espaço é um espaço democrático de gestor e de sociedade civil, mas que o Conselho ele é único.  
906 Cada pessoa democraticamente tem a liberdade e autonomia de votar de que lado que está.  
907 Então para não ficar esse sentimento de que fizemos uma coisa que não deveria ter sido feita,  
908 eu acho importante a gente sair daqui com essa tranquilidade. Se a gente decidiu não a adesão...  
909 Eu falo a gente porque, é preciso quando a gente sair daqui ter a consciência de que não foi a  
910 sociedade civil que não aceitou ou que não aderiu, porque se não nós vamos ter dois CEAS: um  
911 da sociedade civil e um da gestão. A decisão aqui foi do CEAS por diversos motivos que cada  
912 um já trouxe. Muito claramente a gente pode listar aqui o porquê que a gente não aderiu. Agora,  
913 esse por que a gente não aderiu é o suficiente para gente dialogar com os municípios, para  
914 dialogar com o próprio governo do Estado e para inclusive noticiar para quem é de direito? Se  
915 não é, a gente precisa então pensar que talvez hoje não seja suficiente saber como que vamos  
916 fazer isso estrategicamente. Pra mim isso está muito claro. O fato de eu não ter participado da  
917 plenária de dezembro... Quando eu passei a me informar de todas as decisões tomadas no  
918 CEAS, eu inclusive conversei muito com alguns conselheiros e pensei: então em janeiro nós  
919 vamos aprovar. A idéia era os conselheiros aprofundarem e tomar conhecimento sobre o pro-  
920 grama. E aí depois... E eu estou tentando entender direito isso, comecei a ler... E aí depois eu  
921 vejo as notas públicas do CRP, da Frente e de outros sobre o programa. Eu pensei: então não é  
922 só aprofunda. Eu vejo que já teve inclusive uma consciência coletiva sobre o referido programa,  
923 onde nós precisamos é ter clareza do que vamos fazer. Porque se não o CEAS vai enfrentar lá  
924 fora toda uma discussão social e coletiva da sociedade organizada para uma decisão que é para  
925 atendê-los talvez indiretamente ou até mesmo diretamente. Eu falei na reunião da sociedade civil  
926 que, em uma situação como essa quem é que fica “pendurado no gancho?” Os usuários. A dis-  
927 cordância perpassa pelos gestores, pela visão dos trabalhadores, pelas entidades... Onde que  
928 lá no final da ponta o usuário “está pregado na cruz” para saber isso. A Marta até já esclareceu  
929 isso lá na reunião da sociedade. Mas eu queria pegar a fala dela pela manhã quando ela diz  
930 assim “e a posição dos usuários?” Eu, neste Conselho, como conselheira de usuário, não posso  
931 nunca deixar de dizer que não é fácil soltar uma nota assim como a Frente, assim como o CRP,  
932 assim como outras, em nome dos usuários. Os usuários são uma imensidão dentro da assistên-  
933 cia na sua diversidade, na sua totalidade e na sua forma de atuação. Portanto, nós ainda não  
934 caminhamos o suficiente para pensar coletivamente em nome dos usuários. Pensar em um Fó-  
935 rum de Usuários não é tão simples assim. É mais tranquilo ter um Fórum dos Trabalhadores, é  
936 mais tranquilo ter um Fórum de Entidades... Mas não é simples construir um Fórum de Usuários,  
937 eu já disse aqui em plenária e volto a repetir. Na minha concepção de conselheira e também de  
938 sociedade civil organizada, não é legal a gente tem um Fórum que a representação seja somente  
939 e única aqui de Belo Horizonte ou das entidades que estão no Conselho. É muito fácil falar em  
940 causa própria ou de quem está aqui com a condição de vim. Vocês entenderam? Nós enquanto  
941 conselheiros em representação é uma coisa, mas no que tange a nota... Eu estou tentando es-  
942 clarecer o porquê vocês não tiveram uma posição em nome dos usuários, porque não é simples  
943 assim. Mas no que tange agora os encaminhamentos finais, eu vejo que a gente já tomou a  
944 decisão aqui coletivamente da não adesão. O que cabe pra nós agora é tornar pública essa  
945 decisão nossa esclarecendo o que se tratou e o porquê. E aí quando eu falo em tornar público,  
946 não é tornar público no whatsapp. Agora cabe ao CEAS, a sua secretaria executiva e a subse-  
947 cretaria de assistência comunicar os municípios. Não sei! É o meu ponto de vista. Tem que co-  
948 municar o que acontecer, a nossa decisão... E se tiver que seguir toda essa lista que a própria  
949 Simone sugeriu, porque não? O que importa é que todos nós, independentes se somos socie-  
950 dade civil ou governo, temos que está cientes do por que tomamos essa decisão, pra gente não  
951 ficar em um jogo de empurra e empurra achando quem é o dono da cara feia ou da cara bonita.

952 Vocês entenderam? A gente tomou essa decisão politicamente, não só tecnicamente em de de-  
953 fesa inclusive do nosso Estado, em defesa dos nossos trabalhadores da assistência, em defesa  
954 das entidades que prestam os serviços e em defesa dos usuários, que acima de tudo precisam  
955 de um serviço bem prestado e de um atendimento cada vez melhor. Eu acho é isso o que pauta.  
956 Agora, se os outros Estados tomaram a decisão, o quê que nós podemos fazer? Nós estamos  
957 em uma linha que é de acordo com o que o SUAS prega, não de acordo com as mazelas que  
958 estão sendo colocadas nesse Brasil. Se vocês estiverem dispostos, que venham somar com a  
959 gente! Nós estamos marcando fevereiro como o mês da mobilização contra a reforma da previ-  
960 dência e contra as reformas que ferem inclusive a seguridade social. Estamos nessa mobilização  
961 Tem um manifesto nosso aqui, tem um cd, tem um adesivo contra a reforma... E nós vamos para  
962 rua no mês de fevereiro. Eu convido a vocês a somarem conosco! É isso. Obrigada. APLAUSOS.  
963 **GEISIANE:** Nós estamos juntos, Maria! Rose. E para encerrar o Leonardo Koury. **ROSILENE:** A  
964 sociedade civil se sentiu provocada pela fala da Lúcia. Talvez não foi a sua intenção de colocar  
965 da forma que talvez nós tenhamos compreendido. Mas é entendendo também que a decisão foi  
966 coletiva. Então é como a Maria colocou, como a Érica colocou, é o CEAS que tomou essa deci-  
967 são. Então cada um de nós temos a responsabilidade de contribuir realmente para que a gente  
968 consiga fortalecer o SUAS. No que diz respeito ao CRESS, o CRESS nunca se furtou de se  
969 colocar, de se manifestar... Tem todas as notas. A gente não conseguiu trazer uma nota, mas  
970 porque a gente teve os nossos imprevistos. Mas sim, nós vamos fazer. Estando aqui como tra-  
971 balhadora do SUAS e representando o CRESS, esse é o posicionamento do CRESS, baseado  
972 em todos os direcionamentos que nós tomamos até hoje. Então nós não nos furtamos em con-  
973 cordar com esse desmonte, pelo contrário. O trabalhador do SUAS... Gente! Por favor! Assim  
974 como a Maria colocou da dificuldade do Fórum dos Usuários, nós também enquanto Fórum de  
975 Trabalhadores do SUAS sabemos a dificuldade que é a dimensão territorial de Minas Gerais.  
976 Esse processo eleitoral no mês de outubro até agora também criou uma instabilidade aos traba-  
977 lhadores do SUAS. Nós sabemos da necessidade básica de trabalhador, independente se o nível  
978 é fundamental, médio ou superior. Então isso gera uma instabilidade, porque ele está preocu-  
979 pado em garantir o serviço dele. Quem está na política de assistência social... No meu município  
980 em 31 (trinta e um) de dezembro foram cancelados todos os contratos dos trabalhadores que  
981 eram contratados. É um contrato precário. Então na política de assistência social ficaram novos  
982 profissionais, acho que 4 (quatro) psicólogos. Então assim, gera uma instabilidade. A leitura  
983 dessa conjuntura nesse cenário é muito complicada. Então a gente tem que ter isso também em  
984 mente. Nós precisamos entender a leitura do cenário nacional de onde nós estamos falando. É  
985 isso. Obrigada. **GEISIANE:** Leonardo. **LEONARDO KOURY:** Eu vou ser breve. O Wagner talvez  
986 tenha tido uma das falas mais feliz nesse momento de reflexão quando ele coloca a forma anti-  
987 democrática que foi construído o programa. E vale considerar que de democracia o atual governo  
988 federal não tem nenhuma. Então me assusta de quem nem tem o direito de está como presidente  
989 da república ter os seus ministérios trabalhando sem que os Conselhos, as entidades, os atotes,  
990 possam ter o direito de debater qualquer tipo de decisão que parte em especial como decisões  
991 dessa magnitude. Eu acho que as provocações da Lúcia são muito felizes, porque o governo não  
992 pode assumir e nem o CEAS por si só assumir a responsabilidade deste tipo de diálogo. Eu abri  
993 no site da Carta Capital, no ano de 2016 (dois mil e dezesseis) foram 1.600 (mil e seiscentas)  
994 convocações e manifestações ao longo de todos os Estados, que levaram as ruas milhões de  
995 brasileiros (as) que disseram não ao que vem se materializando. E nós aqui conselheiros temos  
996 que ter a noção de que nós não somos uma ilha. O programa Primeira Infância, que tenta cons-  
997 truir uma criança feliz, não é uma ilha. A gente tem também a PEC 55 (cinquenta e cinco), a  
998 reforma da previdência, a pulverização aérea que permite que os agrotóxicos tragam cada vez  
999 mais câncer não só para o campo, mas agora também para as cidades. São essas e várias  
1000 outras questões que nos fazem entender que o programa por si só ele não é o único espaço de  
1001 precarização da vida das (os) brasileiras (os). O que a Sandra traz em especial sobre o voto dos  
1002 usuários e dos trabalhadores no CNAS nos faz perceber que dentro do CNAS tem os setores  
1003 mais organizados e os setores mais resistentes dentro das condições que naquele momento  
1004 tinham para poder ter uma criticidade e uma reflexão sobre o programa, não que outros setores

1005 não tinham. Mas, por exemplo, o setor governamental é altamente vulnerável nesse momento  
1006 de mudança de governo. E finalizando, eu acho bacana a idéia da teleconferência e tudo o que  
1007 todo mundo colocou. Mas eu colocaria outro ponto que pra nós em Minas se torna estratégico  
1008 quando a gente pensa em proposição na atitude que estamos tomando, que é um diálogo com  
1009 Santa Catarina, Alagoas, Pernambuco e Ceará, não só para conhecer as notas que foram cons-  
1010 truídas pelos CEAS desses Estados que disseram não ao programa. Mas se é de interesse in-  
1011 fluenciar ou não esse debate no âmbito nacional, em especial ir contra algumas dessas questões,  
1012 nós temos que está em diálogo permanente e consonância com esses 04 (quatro) Estados. Es-  
1013 ses Estados tiveram posicionamentos muito parecidos com os nossos. Inclusive, se eu não em  
1014 engano, 02 (dois) de unanimidade. Então eu acho que vale a pena a gente fazer esse diálogo e  
1015 compreender como que foi a construção do não desses Estados, para que a gente possa ter  
1016 segurança no âmbito de uma conjuntura nacional da construção desse enfrentamento, não só  
1017 no CNAS, mas nos outros Fóruns que aqui foram colocados. **GEISIANE:** Nós temos inscritos  
1018 ainda a Lúcia e a Débora. A idéia é que a Marta faça uma leitura pra gente dos encaminhamentos  
1019 e das propostas que foram levantadas, assim dá uma visibilidade melhor de tudo que foi colo-  
1020 cado. Antes eu vou dar a palavra para a Rita, porque eu acho que ela vai se despedir. **RITA:** Eu  
1021 vou pedir desculpa de me retirar ainda no meio dos trabalhos. Quero agradecer essa oportuni-  
1022 dade, e colocar a Rede Nacional Primeira Infância a disposição do Conselho Estadual e dos  
1023 encaminhamentos que vocês vão deliberar aqui. E lembrar vocês que no próximo mês nós esta-  
1024 mos soltando o guia de elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Política de Primeira  
1025 Infância. Então talvez a elaboração desse plano seja uma boa estratégia para toda essa discus-  
1026 são e concepção. E nós podemos contribuir apresentando o guia, trazer outros parceiros, para  
1027 estarem juntos de vocês. Muito obrigada pela oportunidade. Vocês têm o meu telefone e o meu  
1028 e-mail. Eu continuo ai nesse debate. Obrigada. **APLAUSOS.** **LÚCIA:** Eu queria agradecer porque  
1029 todo mundo falou, não é? Lembrando gente que, aqui no Conselho, a gente fala no microfone  
1030 pra gravar, porque isso aqui vira ata. Isso aqui vira registro. Desde início nós estamos dizendo  
1031 que hoje é um momento histórico aqui no CEAS. Então a primeira coisa que eu quero dizer é  
1032 que foi uma provocação mesmo. Eu falei mais de uma vez aqui com a Simone “vou cutucar, vou  
1033 cutucar, vou brigar.” Eu perguntei pra Jose antes se vocês tinham discutido. Ela falou que não.  
1034 As coisas tem que ser faladas, elas tem que ser verbalizadas, elas tem que ser explicitadas. Isso  
1035 faz parte da luta. A gente não entende o silêncio do outro, só se o outro for muito próximo. O  
1036 segundo ponto, e que eu não ouvi, é que vocês todos aqui representam comunidades importan-  
1037 tes enquanto entidades. Então o que eu queria muito ouvir não é o geral. Como a Maria já disse,  
1038 nós discutimos muitas coisas aqui que poderão ser feitas e serão feitas. Mas o que cada um vai  
1039 fazer pra dentro do seu lugar? São comunidades, são municípios... Nós temos que parar de falar  
1040 pra nós mesmo, temos que falar para outros públicos. A outra coisa que eu queria lembrar é que  
1041 agosto teve o Encontro dos Conselhos Estaduais. O quê que a gente falou para o presidente o  
1042 CNAS que estava aqui? O quê que nós falamos com ele? Eu lembro direitinho. Eu estava em pé  
1043 lá na frente e falei com ele: “escuta! O SUAS tem o PAIF e tem o PAEFI. Porque que precisa de  
1044 outra coisa?” Estava claro desde o início. Hoje quando a Rita chega aqui e nos conta um pouco  
1045 a história do marco legal a gente entende. Foi isso o que a gente conversou aqui, certo? Então  
1046 nós podemos nos esquecer dessas coisas, destes detalhes. Isso tem que chegar na ponta. Nós  
1047 somos hoje o veículo para fazer isso chegar na ponta. Cada um de nós conselheiros tem uma  
1048 responsabilidade pessoal, não é? Porque estamos aqui representando um monte de outros que  
1049 não podem estar aqui, seja de qual natureza é a nossa representação. Érica, a outra coisa eu  
1050 queria fazer ponto na sua fala. Você sabe do meu apreço pelo trabalhador. Eu me considero uma  
1051 trabalhadora o tempo inteiro. Agora, o trabalhador não pode se posicionar tão somente porque o  
1052 trabalho é muito ou porque o trabalho está precarizado. Ele não vai fazer a defesa do SUAS com  
1053 esse discurso. Me perdoe, mas não vai! O quê que defende o SUAS? É se a gente for capaz de  
1054 reafirmar os princípios. Então a única coisa que eu acho que vale a pena nessa discussão, pra  
1055 gente poder sintetizar, é que a concepção do SUAS no PAIF e no PAEFI... O quê que a gente  
1056 quer fazer quando a gente se endereça as famílias? Que ele tenha fortalecida a sua capacidade  
1057 de proteção, e que ela faça isso de maneira autônoma, com liberdade, dentro da sua cultura e

1058 que a gente saiba respeita isso e o resto da sociedade também saiba respeitar. Quantas vezes  
1059 o técnico do PAIF ele não entra na casa porque a família não deixa? Você tem que respeitar.  
1060 Faz parte da lógica da política, faz parte do princípio, não é? Você não oferece proteção violen-  
1061 tando o outro, desrespeitando o outro. Então eu acho que aqui tem uma marca importante. O  
1062 SUAS é uma política de proteção, é uma política emancipatória, é uma política que aponta e que  
1063 tem uma direção para a autonomia... Por isso que ela empodera o usuário, por isso que ela  
1064 empodera o trabalhador, correto? O que eu tenho visto desde lá de trás neste programa proposto  
1065 pelo então ministro é controle. Inclusive o que saiu de normativa agora deixa isso claro. Então  
1066 contra o que nós estamos nos posicionando aqui? O que eu dizia para vocês de 40 (quarenta)  
1067 anos atrás está repetindo agora, com outro nome e outra cara. E como é que nós vamos con-  
1068 trola? Vai aumentar o desemprego, vai aumentar a fome, vai aumentar tudo qualquer desgraça.  
1069 Como é que nós vamos controlar o povo? Quando a gente tirar o Bolsa Família, como é que nós  
1070 vamos controlar? Quando a gente tirar o BPC, como é que nós vamos controlar? Então eu acho  
1071 que a gente tem que ter clareza disso. Não precisa complicar muito. Mas o quê que nós vamos  
1072 defender? Quais são as ações que nós vamos fazer para que a gente que acredita no SUAS  
1073 com esse princípio e com essa direção, o quê que nós vamos fazer? Tem gente que não acredita  
1074 gente. Tudo bem. A gente sabe que tem um monte de gente que não acredita. Tem gente que  
1075 quer o controle, tem gente que quer as famílias submissas mesmo, não é? Politicamente e par-  
1076 tidariamente não interessa... Tudo isso em tese a gente sabe. Agora, isso tem que virar ação.  
1077 Para quem quer defender o SUA, promover a mudança e garantir autonomia e liberdade para o  
1078 cidadão e para o nosso usuário, então nós temos que sair no campo e na defesa. Obrigada.  
1079 **GEISIANE:** Ok Lúcia. Débora Ackerman. **DÉBORA:** Eu fiquei provocada com algumas falas dos  
1080 encaminhamentos. Eu queria pensar um pouco do lugar tanto do Conselho Estadual, quanto do  
1081 governo estadual, na relação enquanto ente estadual, como ente federal e como entes municí-  
1082 pais. Eu acho que o Conselho tomou uma decisão de resistência na forma em que a professora  
1083 Eleonora estava dizendo hoje. Então eu acho que a nossa relação com o ente federal está muito  
1084 clara. É uma posição de resistência de fora. Então, eu quero dizer da não aceitação daquilo que  
1085 vem. Eu fiquei provocada com as questões que foram levantadas pela Simone da possibilidade  
1086 de mudança no CNAS. Eu acho que isso tem que ser colocado, mas com esse governo eu acho  
1087 que é muito difícil que venha uma concepção. O problema não é de formato de programa, o  
1088 problema é de concepção. Então se fosse para reformar o formato seria fácil. Tem um problema  
1089 central no caso desse programa em especial que são as visitas, a realização dessas atividades  
1090 como ponto central, que eu duvido muito que eles vão recuar disso aí. Então eu acho que, para  
1091 o ponto de vista do ente federal, eu acho que a posição tem que ser essa. E se é resistência  
1092 Simone, eu acho que é não ir na oficina, sabe? Nós não concordamos. Eu fico pensando do  
1093 ponto de vista da relação dos Estados também com os municípios, especialmente os municípios  
1094 que vão aderir ou que já aderiram. Por enquanto tem 67 (sessenta e sete). Então eu acho que  
1095 temos que pensar em qual vai ser a relação dentro da função de orientação do CEAS para os  
1096 CMAS com esses municípios. Na hora que vierem pedir orientação, qual é a orientação que  
1097 vamos dar? E aí o governo federal a gente sabe que vai direto lá e fazer a orientação direta aos  
1098 municípios. Então eu acho que tem que pensar. **GEISIANE:** Obrigada, Débora. A gente tem duas  
1099 tarefas muito importante: uma é a proposta de resolução que a gente tem que se debruçar sobre  
1100 ela. E nós temos aqui também um apanhado dos encaminhamentos e das sugestões que foram  
1101 levantadas e colocadas aqui neste Conselho. A idéia é que a Marta faça uma leitura de tudo o  
1102 que foi levantado. E depois, que a gente doe um tempo importante para a resolução. Marta, você  
1103 pode fazer pra gente? **MARTA SILVA:** Foi até a professora Eleonora que deixou aqui pra gente,  
1104 tá? E a Consolação também complementou na relatoria dela. O primeiro ponto: debate nos Con-  
1105 selhos Estaduais e também dentro do governo estadual; uma nota técnica do Conselho Estadual  
1106 para os Conselhos Municipais apresentando os fundamentos das análises e decisões do Con-  
1107 selho; uma nota técnica para as entidades também, para elas compreenderem isso; a realização  
1108 de uma videoconferência ou outro debate online para acesso dos municípios no Estado; a insti-  
1109 tuição de um GT para se discutir de forma intersetorial a política para a Primeira Infância; a  
1110 disseminação da decisão envolvendo todos os conselheiros, as entidades e organizações que

1111 eles representam; informações para o CRESS, assistente sociais, CRP, psicólogos, Federação  
1112 das APAE; informações para os Conselhos Municipais e para as URCMAS quanto à decisão do  
1113 CEAS; informar ao Conselho Nacional da decisão; produção e formas de comunicação para di-  
1114 vulgar a decisão; reunião com os Conselhos, COGEMAS, Secretaria de Saúde, Secretaria de  
1115 Educação; o CEAS deve participar da reunião do FONACEAS para também expor isso; articula-  
1116 ção com os outros Estados que também tomaram uma decisão nesse sentido: Santa Catarina,  
1117 Pernambuco...; tentar compreender como que está sendo a construção de que eles estão pro-  
1118 pondo nos Estados. Eu acho que de forma resumida é isso. **GEISIANE:** Ótimo. Obrigada, Marta.  
1119 Então uma proposta de encaminhamento, se for consenso, a gente aprovar esses encaminha-  
1120 mentos. E aí vamos encaminhar para a secretaria executiva e vê o que já dá para agilizar dentro  
1121 do que foi proposto. É muita coisa ali. O Volney quer complementar. Pode falar Volney. **VOLNEY:**  
1122 Eu sugiro também que a gente encaminhe uma correspondência para o setor de serviço social  
1123 da AMM. E que também participe o MP lá da coordenação da criança e do adolescente. Eles têm  
1124 sempre participado aqui. Eu acho que é muito importante que o MP saiba o porquê que nós não  
1125 aprovamos. **GEISIANE:** O CAO da Infância, não é? Ótimo. Então vamos fazer essa conversa?  
1126 Se for da aprovação de todos, a gente aprova esses encaminhamentos e a secretaria executiva  
1127 já toma a iniciativa de já encaminhar algumas dessas o mais rápido possível. É consenso? A  
1128 gente pode aprovar esses encaminhamentos e essas propostas? Tem alguma ali que não? Po-  
1129 demos aprovar todas gente? Contrários? Então, aprovado todos os encaminhamentos para que  
1130 a secretaria executiva já tome algumas providências. Vamos para a resolução, por favor. Todos  
1131 já receberam a resolução? Ok. A Consolidação está distribuindo então a proposta de resolução. A  
1132 Adelmira vai também colocar ali, não vai Adelmira? Ótimo. Lúcia, você faz a leitura pra gente? A  
1133 Lúcia vai fazer a leitura. E aí conforme o rito que já é normal aqui no Conselho, os destaques  
1134 vão sendo feitos para que no final a gente faça os acréscimos, as retiradas, as correções... **LÚ-**  
1135 **CIA:** Todo mudo recebeu gente? Podemos começar? Então vamos lá. Minuta de resolução  
1136 CEAS que reprovava a adesão do Estado de Minas Geras para a implementação do Programa  
1137 Primeira Infância no âmbito do SUAS. O Conselho Estadual de Minas Gerais, em reunião plená-  
1138 ria extraordinária realizada no dia 20 de janeiro de 2017 e, considerando o § 3º do artigo 6º C da  
1139 Lei Nº 8.742, de dezembro de 1993, que estabelece os CRAS e os CREAS como unidades pú-  
1140 blicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas  
1141 públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da as-  
1142 sistência social; considerando o artigo 24 da Lei Nº 8.742, que trata dos Programas de Assistên-  
1143 cia Social como ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangên-  
1144 cia definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais; con-  
1145 siderando o artigo 24-A da LOAS, que institui o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à  
1146 Família (PAIF), que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços  
1147 socioassistenciais de prestação continuada, nos CRAS, por meio do trabalho social com famílias  
1148 em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos  
1149 familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e  
1150 comunitária; considerando o artigo 24-B da LOAS, que institui o Serviço de Proteção e Atendi-  
1151 mento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que integra a proteção social especial e  
1152 consiste no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça  
1153 ou violação de direitos, articulando os serviços socioassistenciais com as diversas políticas pú-  
1154 blicas e com órgãos do sistema de garantia de direitos; considerando a Resolução nº 109, de 11  
1155 de novembro de 2009, do CNAS, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassisten-  
1156 ciais; considerando que o PAIF e PAEFI são ofertas exclusivamente de Estado regulamentadas  
1157 pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e pelos respectivos cadernos de ori-  
1158 entações nacionais desses serviços, frutos de um debate amplo e democrático com os diversos  
1159 atores e parceiros do SUAS, conforme preconizado pela LOAS; considerando a Norma Operaci-  
1160 onal Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS,  
1161 do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; considerando a Resolução  
1162 CNAS Nº 17, de 20 de Junho de 2011, que ratifica a equipe de referência definida pela Norma  
1163 Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-

1164 RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especifici-  
1165 dades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de  
1166 Assistência Social – SUAS; considerando a Resolução CNAS Nº 9, de 15 de Abril de 2014, que  
1167 ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e  
1168 fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Norma  
1169 Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS; considerando a Lei nº  
1170 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; consi-  
1171 derandoas Orientações Técnicas sobre o PAIF, volume 2, do Ministério de Desenvolvimento So-  
1172 cial e Combate à Fome – MDS, 2012; considerando a Resolução CIB nº 04 de 17 de julho de  
1173 2015 que pactua o Programa Estadual de Qualificação da Gestão Descentralizada do SUAS –  
1174 Programa Qualifica SUAS e estabelece prioridades para os anos de 2015 e 2016; considerando  
1175 a Resolução CEAS nº 522 de 02 de julho de 2015 que Aprova o Programa Estadual de Qualifi-  
1176 cação da Gestão Descentralizada do SUAS – Programa Qualifica SUAS e estabelece prioridades  
1177 para os anos de 2015 e 2016; considerando a Lei 13.257 de 08 de março de 2016 que dispões  
1178 sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei 8.069, de 13 de julho de  
1179 1990(Estatuto da Criança e do Adolescente); considerando a Resolução CIT nº 4, de 21 de ou-  
1180 tubro de 2016, que pactua as ações do Programa Criança Feliz no Sistema Único de Assistência  
1181 Social - SUAS, a ser instituído nos termos do §1º do art. 24 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro  
1182 de 1993; considerando a Resolução CIT nº 05, de 21 de outubro de 2016, que pactua os critérios  
1183 de partilha para o financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz no Sistema Único  
1184 de Assistência Social - SUAS para os exercícios de 2016 e 2017; considerando a Resolução  
1185 CNAS nº 19, de 24 novembro de 2016, que institui o Programa Primeira Infância no Sistema  
1186 Único de Assistência Social - SUAS, nos termos do §1º do art. 24 da Lei nº 8.742, de 7 de De-  
1187 zembro de 1993; considerando a Lei Estadual nº 21.966, de 11 de janeiro de 2016, que institui  
1188 os Serviços Regionalizados de Proteção Social Especial de alta complexidade; considerando  
1189 que o CEAS MG é signatário da Carta Aberta apresentada na Reunião Regional do CNAS com  
1190 Conselhos Estaduais das Regiões Sul e Sudeste realizada em agosto de 2016, em Belo Hori-  
1191 zonte, além de apoiar a Nota Pública “DIGA NÃO AO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ” da Frente  
1192 Mineira em Defesa do SUAS e da Seguridade Social lançada em outubro de 2016; considerando  
1193 os objetivos do art. 2º da LOAS, que prevê a priorização da Primeira Infância nas ações de As-  
1194 sistência Social e que estas não se caracterizam como ofertas subsidiárias às políticas de saúde,  
1195 como os cuidados com a saúde da gestante e da criança, e de educação infantil ou pré-escola,  
1196 para crianças de 0 a 5 anos; considerando que as ações voltadas ao atendimento dos direitos  
1197 da criança na primeira infância devem estar em consonância com a Lei Federal nº 13.257, de 8  
1198 de março de 2016, e que a implementação de políticas públicas para a primeira infância devem  
1199 se dar de forma coordenada e intersetorial e, que no âmbito do SUAS devem fortalecer a função  
1200 de articulação e de coordenação da rede socioassistencial desenvolvidas pelas unidades dos  
1201 CRAS; considerando que o Trabalho Social com Famílias dos serviços de Proteção Social Básica  
1202 e Especial disposto nos cadernos de orientações nacionais, estabelecem parâmetros de acolhida  
1203 e ação particularizada no domicílio devendo ser executados por profissionais de nível superior  
1204 que integram as equipes do PAIF e PAEFII; considerando que a acolhida no domicílio, de acordo  
1205 com as Orientações Técnicas do PAIF, consiste no processo de acolhida da família ou um de  
1206 seus membros em seu próprio domicílio, devendo ser realizada apenas com o consentimento da  
1207 família e pautada nos princípios de respeito à privacidade da família e de sua autonomia; consi-  
1208 derando que a ação particularizada domiciliar, de acordo com as Orientações Técnicas do PAIF,  
1209 consiste no processo de atendimento individualizado prestado à família em seu próprio domicílio  
1210 e possibilita o conhecimento da realidade do território, das formas de convivência comunitária e  
1211 dos arranjos familiares; considerando que a visita domiciliar para realização das ações do Pro-  
1212 grama constituem funções de Estado e deveriam ser desempenhadas por profissionais de nível  
1213 superior sendo adicionados à equipe de referência do PAIF durante a vigência do Programa;  
1214 considerando que o público do Programa Primeira Infância no SUAS já constituiu público dos  
1215 serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais; resolve: Art.1º Reprovar a adesão  
1216 do Estado de Minas Gerais ao Programa Primeira Infância no SUAS, uma vez que o Programa

1217 Primeira Infância no SUAS desrespeita os preceitos republicanos e democráticos sob os quais o  
1218 SUAS foi construído, retoma o viés da segmentação na área de assistência social e reforça ações  
1219 subsidiárias às políticas de saúde e educação. Art. 2º Recomenda aos Conselhos Municipais de  
1220 Assistência Social de Minas Gerais – CMAS/MG para procederem a adesão do Programa Pri-  
1221 meira Infância no SUAS; que observem os princípios e diretrizes que regem a política de assis-  
1222 tência social e demais normativas que embasam uma concepção do SUAS como um sistema  
1223 descentralizado e participativo para a oferta da proteção socioassistencial. Art. 3º Esta Resolução  
1224 entra em vigor a partir da data de sua publicação. Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2017. **GEISI-**  
1225 **ANE:** Nós temos destaques gente? O Art. 2º todo mundo falou e falou... Quem fez destaque? A  
1226 Marta? **MARTA SILVA:** Foi um erro mesmo. A gente recomenda aos Conselhos Municipais que,  
1227 para procederem a adesão considere os princípios que regem a política e o SUAS. É isso. Se  
1228 isso não for consenso, e como a gente imaginava que isso iria gerar uma polêmica, a gente pode  
1229 retirar isso aqui e fazer depois recomendações separadas do CEAS para o CMAS com maior  
1230 detalhamento. É também o encaminhamento dessa plenária, tá? **GABRIELA:** Eu acho que po-  
1231 deria ser as duas coisas. Mas eu acho que seria interessante manter. Da forma que ficou, mesmo  
1232 colocando aqui, ficou parecendo que a gente está recomendando que eles adiram. Então teria  
1233 de ser uma coisa antes deles verificarem a possibilidade de adesão. VOZ AO FUNDO. **GABRI-**  
1234 **ELA:** É. A respeito da adesão ou não ao programa. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** É meio con-  
1235 traditório. Rodrigo. **RODRIGO:** Eu acho bacana. Eu gostei da resolução. Mas eu acho que nessa  
1236 parte deveria ser recomendar a reprovação. Que os Conselhos Municipais reprovem... Eu acho  
1237 que a gente te que delimitar bem o quê que esse Conselho está pensando. É unânime! A minha  
1238 opinião é que recomende a reprovação. **GEISIANE:** Temos maus alguma recomendação? Ga-  
1239 briela novamente. E depois o Leonardo. **GABRIELA:** Nas considerações eu fiquei com uma dú-  
1240 vida. Na segunda página, a quarta e a quinta colocação... Não, mentira! Desculpa! Sétima, oitava  
1241 e nova. Aqui fala efetivamente do Programa Criança Feliz. Ficou bem extensa essa parte das  
1242 considerações. Uma vez que a resolução já está falando sobre esse programa, eu não sei até  
1243 quando essas resoluções que estão colocadas aqui vão reforçar o posicionamento do Conselho,  
1244 entendeu? Porque se fosse só pra citar, não precisaria colocar. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:**  
1245 Leonardo. A Marta está anotando alí, não é Marta? VOZ AO FUNDO. **MARTA ELISABETE:** A  
1246 única coisa quando eu vi isso aqui... Qualquer ser humano que tenha um pouquinho de compre-  
1247 ensão pensa assim: “gente! Eles estão reprovando porque estão se referindo só a duas pági-  
1248 nas de lei...” VOZ AO FUNDO. **LEONARDO KOURY:** Só isso. É sobre o Art. 2º também. Eu  
1249 acho que vale reforçar o que a Gabriela colocou, mas em perspectiva de criticidade. Eu acho que  
1250 é para procederem, sim para refletirem sobre os aspectos. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Tem a  
1251 Lúcia inscrita. E aí talvez algumas pessoas podiam pensar em uma proposta de ova redação  
1252 para apresentar. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** A Lúcia tem uma sugestão. **SIMONE:** Eu acho  
1253 que nós temos que pensar aqui o quê que nós vamos recomendar. Nós vamos recomendar eles  
1254 que no momento da análise eles levam em consideração? Ou nós vamos recomendar que eles  
1255 sigam o exemplo do Conselho Estadual? É essa que é a discussão aqui, agora, não é? O quê  
1256 que nós vamos recomendar? **LEONARDO KOURY:** Tentando contribuir com o texto: recomenda  
1257 aos Conselhos Municipais de Assistência Social para refletirem a não adesão do programa. VOZ  
1258 AO FUNDO. **GEISIANE:** Nós temos a inscrição da Lúcia. Você retirou a sua inscrição, Lúcia?  
1259 Nós temos a inscrição da Cris. VOZ AO FUNDO. **CRISIANE:** Eu entendo que o tem que ser  
1260 recomendado é que os Conselhos considerem essas considerações. É isso! “Considerem as  
1261 considerações a lei apontada nessa resolução.” VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Então foram duas  
1262 questões colocadas, não é? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Tem microfone aí próximo, Volney?  
1263 **LÚCIA:** Eu quero reconsiderar. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Só um momento porque o Volney  
1264 tem considerações. **VOLNEY:** Um minutinho só, gente! Eu vou dar uma sugestão de redação  
1265 aqui pra gente melhorar: “diante das considerações apontadas pelo CEAS/MG, recomendamos  
1266 as suas observâncias antes da adesão...” Nós estamos apenas recomendando que eles obser-  
1267 vem as considerações. **GEISIANE:** Tem uma proposta que também de redação. A Consolação  
1268 vai ler. **CONSOLAÇÃO:** Recomenda aos Conselhos Municipais de Assistência social que... **GEI-**  
1269 **SIANE:** Só um minutinho, Consolação. Gente! Por favor! Tem uma proposta de redação aqui



1270 que a Consolação vai ler. E aí a gente vai ver se chegou a um consenso. **CONSOLAÇÃO:** Re-  
1271 comenda aos Conselhos Municipais de Assistência Social de Minas Gerais quando da análise  
1272 sobre o Programa Primeira Infância observem os princípios e as diretrizes que regem a política  
1273 social e as demais normativas que embasam a concepção. Ou seja, a análise vem antes. Essa  
1274 observação vem na análise. **GEISIANE:** Eu estou entendendo que são duas proposta: uma em  
1275 deixar recomendação para os Conselhos. Eu acho que ficou boa a redação. A outra é de reco-  
1276 mendar a não adesão. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Desculpa Marta. Qual é a outra recomen-  
1277 dação? VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Ótimo. Então temos três; **MARTA SILVA:** A minha é re-  
1278 comendar que a gente faça a supressão desse artigo. Mas que isso esteja em uma nota técnica  
1279 do Conselho. **GEISIANE:** Que inclusive já foi aprovada aqui. **MARTA SILVA:** Já foi aprovada  
1280 aqui. **GEISIANE:** Então temos três sugestões. A Lúcia tem uma colocação gente. **LÚCIA:** Como  
1281 a nota técnica dá um espaço de escrita, é de fala maior e não fica tão limitado, talvez aqui a  
1282 gente pudesse colocar: o Conselho Estadual já disponibiliza uma nota técnica de orientação aos  
1283 conselheiros municipais nos termos dos considerandos explicitados nessa resolução. Nem todo  
1284 mundo ler isso aqui vai entender gente. Os conselheiros municipais às vezes são muito pouco  
1285 experientes e muito pouco informados. Então, embora possa impressionar aqui o número de  
1286 considerandos, não significa que ele entenda isso aqui. Tem que ir uma nota técnica esmiuçando,  
1287 entendeu? Pra ele entender a sua responsabilidade na tomada de decisão. **GEISIANE:** A Simone  
1288 também tem uma proposta aqui. **SIMONE:** Eu fiz uma proposta de redação. Podemos colocar  
1289 assim no Art. 2º: recomendamos aos Conselhos Municipais de Assistência Social que no mo-  
1290 mento da discussão seja analisada a possibilidade da não adesão ao programa considerando os  
1291 preceitos acima. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Então continuamos com as três propostas: da  
1292 não adesão; da Lúcia, que é a nota técnica; ou a supressão. VOZ AO FUNDO **GEISIANE:** E  
1293 tem a questão da nota. A gente suprime? Ou a gente coloca recomendando pela não adesão?  
1294 PARTE 5 **GEISIANE:** (...) Bom, nós temos três opções: a proposta de redação da Consolação  
1295 que recomenda quando analisar, considerar os observando. Essa é uma proposta; a segunda  
1296 proposta é a supressão. É de não ter o assunto segundo; e a proposta terceira e última, que é  
1297 da Simone, pela não adesão. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** A Lúcia retirou a dela. Os favoráveis  
1298 a supressão do Art. 2º, por favor, se manifestem. Ok. Temos uma votante; aqueles favoráveis  
1299 com a redação da Simone, pela recomendação da não adesão, se manifestem por favor. VOZ  
1300 AO FUNDO. **GEISIANE:** E quem concorda com a redação sugerida pela Consolação de analisa-  
1301 rem e observarem as observações? Nenhuma votação. Então ficou a redação proposta da Si-  
1302 mone. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** A Consolação vai ler. **CONSOLAÇÃO:** Recomendar aos  
1303 Conselhos Municipais de Assistência Social de Minas Gerais que no momento da discussão do  
1304 programa seja a analisada a possibilidade da não adesão considerando os preceitos acima. VOZ  
1305 AO FUNDO **GEISIANE:** Ok. Então fechamos a nossa proposta de resolução? Aprovada? Uma  
1306 salva de palmas para todos nós. APLAUSOS. **GEISIANE:** Se não tivermos mais considerações,  
1307 a gente encerra com chave de ouro essa nossa plenária extraordinária. Valeu muito a pena a  
1308 gente vim aqui em janeiro, não é gente? Então que todos tenham um bom retorno. A Simone  
1309 também quer despedi. **SIMONE:** Eu quero agradecer muito a todos os (as) conselheiros (as). A  
1310 democracia tem que ter uma paciência danada, mas ela é muito importante, não é Marta? Ela  
1311 faz a gente colocar bolinha branca com vestidinho preto, faz a gente encantar... RISOS VOZ AO  
1312 FUNDO **SIMONE:** E dá até um motivo pra gente lutar. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Mas é a ver-  
1313 dade. Eu acho que foi muito importante para o Conselho. A gente sai mais forte e mais fortale-  
1314 cido. Muito obrigada a todos. E até a próxima reunião. APLAUSOS. FIM.

NOME	ENTIDADE/ORGÃO	ASSINATURA
Arlete Alves de Almeida	GRAAL	
Cristiane Isabel Felipe	IMSNS	
Gabriela Nair F.N.Pinto	SEPLAG	
Geisiane Lima Soares	Cáritas Brasileira	
Erica Andrade	CRP/MG	

Isac dos Santos Lopes	ASQUIS	
Leonardo Koury Martins	SEAPA	
Lucia Helena S. Rodrigues	COGEMAS	
Magda Lúcia Diniz e Silva Rocha	SES/MG	
Dayana Cristina L. de Assis	CMAS/JF	
Maria Juanita Pimenta	FEAPAES/MG	
Maria Alves de Souza	FETAEMG	
Maria da Pascoa Andrade	COGEMAS	
Marta Elizabete de Souza	SES/MG	
Marta Maria C. V. da Silva	SEDESE	
Raquel Francisca F. Silva	CMAS/São F.de Paula	
Rodrigo Silveira e Souza	CMAS/LS	
Rodrigo dos Santos França	ASSPROM	
Rosilene Aparecida Tavares	CRESS	
Sandra Regina Ferreira Barbosa	SINTIBREF	
Silvana Célia de Campos	SEE	
Simone Aparecida Albuquerque	SEDESE	
Soyla Rachel dos Santos Pereira	CMAS/Paracatu	
Volney Lopes de Araújo Costa	PSIND	
William de Souza Franco	Comum. Q. Marques	

1315